



**Relatório e Contas
Consolidado
2004**

(com o respectivo Relatório dos Auditores)

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE LISBOA SOB O Nº. 897
CAPITAL SOCIAL: 150.000.000 EUR N.I.P.C. 500 400 911
RUA TIERNO GALVAN, TORRE 3, PISO 9, LETRA J 1099-008 LISBOA

Índice

1. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO	3
1.1. Economia Mundial	3
1.2. Portugal.....	3
1.3. Polónia	4
2. ENQUADRAMENTO SECTORIAL	4
2.1. Mercado Internacional da Distribuição Alimentar.....	4
2.2. Mercado Grossista Alimentar – Portugal.....	5
2.3. Mercado Retalho Alimentar – Polónia	5
3. SÍNTESE DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA DO ANO	6
3.1. Vendas Consolidadas	6
3.2. Resultados Operacionais	7
3.3. Resultados Líquidos e Cash Flow	7
3.4. Dívida Financeira	8
4. DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR - PORTUGAL	9
4.1. Recheio	9
4.2. Madeira	10
5. DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR – POLÓNIA	11
5.1. Biedronka	11
6. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DO GRUPO.....	12
6.1. Investimentos	12
6.2. Desinvestimentos.....	13
7. SISTEMA DE CONTROLO DE RISCO	13
7.1. Processo de Gestão de Risco.....	13
7.2. Riscos	14
8. GESTÃO AMBIENTAL	16
8.1. Política Ambiental	17
8.2. Principais Impactes Ambientais	17
8.3. Programas de Gestão Ambiental.....	17
9. FACTOS RELEVANTES DO ANO	20
10. PERSPECTIVAS 2005	21
11. FACTOS SUBSEQUENTES	22
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	22
ANEXO AO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO	23
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	24
RELATÓRIOS DE AUDITORIA	59

1. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

1.1. Economia Mundial

O ano de 2004 caracterizou-se por um fortalecimento da actividade económica, assente no sólido crescimento do comércio internacional e na recuperação do investimento empresarial. Estima-se um crescimento do PIB mundial na ordem dos 5%, a mais elevada taxa de crescimento em quase três décadas, com destaque para o comportamento das economias dos países asiáticos. Este quadro permite deduzir que factores importantes verificados durante o ano, nomeadamente tensões geopolíticas e aumento do preço do petróleo, tiveram um impacto de menor relevância do que a esperada no crescimento da economia mundial no conjunto de 2004, ainda que se tenha registado uma tendência bastante generalizada de desaceleração ao longo do ano.

As principais áreas geográficas apresentaram índices de crescimento distintos, embora as diferenças tenham sido menos acentuadas do que em 2003. Tanto os EUA como o Japão devem apresentar crescimentos, em 2004, acima dos 4%. Enquanto o crescimento robusto dos EUA assentou, essencialmente, no forte incremento do investimento empresarial, no Japão deveu-se quer à acentuada expansão das exportações, quer ao comportamento favorável do investimento das empresas, num quadro de progressos em matéria de ajustamento estrutural dos sectores financeiro e empresarial. A China deve ter mantido os níveis de crescimento registados em 2003, ou seja, na ordem dos 9%. A zona Euro, por seu turno, apresentou o pior desempenho entre as economias avançadas. No entanto, o crescimento, estimado próximo dos 2%, espelha uma melhoria face a 2003, devida sobretudo ao dinamismo das exportações e ao fortalecimento da economia dos seus principais parceiros comerciais. De entre os países da Zona Euro, destaca-se a Irlanda, que terá atingido um crescimento próximo dos 5%.

O preço do petróleo atingiu níveis históricos, tendo alcançado o valor mais elevado de sempre (acima dos 50 dólares), superando os registados em Fevereiro de 2003, na iminência do conflito militar no Iraque, e mesmo os verificados em 1990, aquando da invasão do Kuwait pelo Iraque. Como principais razões para tal comportamento, apontam-se: (i) a procura mundial de petróleo acima da esperada (crescente integração da China e da Índia no comércio mundial), (ii) do lado da oferta, a instabilidade política em importantes países produtores (países do Médio Oriente, Venezuela, Nigéria), originando dúvidas sustentadas sobre a segurança de abastecimentos futuros, e (iii) o decréscimo das reservas de petróleo para fins comerciais de importantes economias industrializadas, criando receios de ruptura na produção das refinarias.

As taxas de juro de longo prazo, nos mercados obrigacionistas, mantiveram-se em níveis historicamente baixos. Também as taxas de juro oficiais das principais economias permaneceram baixas, não obstante algumas autoridades monetárias terem procedido a um aumento dessas mesmas taxas (caso dos EUA e do Reino Unido), em resultado da aceleração da actividade económica e da intensificação das pressões inflacionistas.

O euro atingiu, ao longo do ano, máximos consecutivos face ao dólar (acima dos 1,36 dólares por euro), reflectindo uma valorização de cerca de 60% desde 2001, com impacto relevante na competitividade das exportações europeias.

Em 2004, a inflação para o conjunto das economias avançadas não excedeu significativamente os 2%, evidenciando um limitado impacto do aumento do preço do petróleo no nível geral de preços em virtude da moderação dos efeitos de segunda ordem.

No que diz respeito às políticas orçamentais, constatou-se um comportamento diferenciado nas principais economias. Enquanto a saúde das contas públicas nos EUA e na zona Euro se voltou a deteriorar, no Reino Unido e no Japão, a situação permaneceu relativamente estável. A política orçamental norte-americana continuou a apresentar um cariz claramente expansionista, contribuindo para um novo agravamento das contas externas do país, com os défices orçamental e comercial a atingirem máximos históricos. Na zona Euro, manteve-se a tendência de deterioração do saldo orçamental, tendo o défice das contas públicas aumentado para próximo de 3% do PIB, em 2004.

1.2. Portugal

A economia portuguesa, em 2004, caracterizou-se por um crescimento moderado do produto, alicerçado em fortes expansões da procura interna e das importações, invertendo a tendência de recessão iniciada em meados de 2002 e que se prolongou pelo ano de 2003. Assim, o PIB português deve ter registado um crescimento em torno de 1 ponto percentual, que compara com uma variação negativa aproximadamente simétrica em 2003.

A taxa de desemprego situou-se nos patamares mais elevados dos últimos anos, tendo o endividamento, que já assumia um nível relativamente alto, aumentado face a 2003, catalisado, principalmente, pelas atractivas taxas de juro. A taxa de poupança deve ter decaído em 2004, uma vez que se estima que o consumo privado (a projecção do Banco de Portugal aponta para uma variação de cerca de 2,2%) apresente um crescimento superior ao do rendimento disponível dos particulares.

A inflação manteve a tendência descendente, atingindo um valor de 2,4%, não obstante a trajectória ascendente dos preços dos bens energéticos.

O dinamismo da economia foi, em parte, afectado pelas sucessivas alterações do quadro político, ocorridas ao longo do ano. No que se refere à política orçamental, só tem sido possível, desde 2002, respeitar o limite de três por cento para o rácio do défice público, imposto pelo Tratado da União Europeia, recorrendo a medidas extraordinárias de montantes muito elevados e de impacto temporário. O ano de 2004 manteve esta tendência.

1.3. Polónia

A Polónia, que aderiu em Maio de 2004 à União Europeia, atingiu um dos mais elevados níveis de crescimento económico da Europa, essencialmente sustentado por um forte dinamismo das exportações e da procura interna. Embora na primeira metade do ano o PIB polaco tenha apresentado um incremento na ordem dos 6,5%, espera-se uma variação anual acima dos 5,5%, em consequência de algum arrefecimento no segundo semestre, justificado pela desaceleração das exportações (valorização do zloty), pelo menor investimento e pela queda da produção industrial.

O zloty atingiu, em várias ocasiões, máximos históricos face a algumas das principais moedas, invertendo o cenário de desvalorização verificado em 2003 e apresentando o melhor desempenho relativo face ao euro em 2004 (valorização de cerca de 15,1% face a 2003). Destaca-se também o facto de a cotação do dólar ter alcançado o mais baixo nível dos últimos anos face ao zloty.

A inflação, embora tenha subido consideravelmente durante os primeiros seis meses do ano, deve ter atingido, no final de 2004, aproximadamente 4%, sendo, em larga medida, afectada pelos baixos preços alimentares e pela apreciação do zloty. Os níveis de desemprego decresceram face a 2003, mas mantiveram-se em patamares elevados (perto dos 19%).

O Banco Central Polaco manteve inalterável, desde Agosto de 2004, a sua taxa de juro, em 6,5%.

2. ENQUADRAMENTO SECTORIAL

2.1. Mercado Internacional da Distribuição Alimentar

O sector da Distribuição Alimentar manteve em 2004 um ritmo assinalável, com a intensificação do nível de competitividade. Focando-se na obtenção de elevados níveis de rentabilidade, os diversos operadores relegaram para segundo plano a expansão quer para novas geografias, quer para novos segmentos. O ano de 2004 foi fértil em decisões, por parte de alguns dos maiores retalhistas mundiais, de abandono de países onde operavam, visando concentrar as suas operações nos mercados menos sensíveis ao risco e naqueles onde detêm posições de mercado mais vantajosas.

A expansão geográfica foi ainda condicionada pelo esforço das Companhias para reduzir os seus níveis de endividamento, fruto de agressivas políticas de crescimento adoptadas em anos recentes. Apesar disso, a China manteve-se no topo das preferências dos operadores que prosseguiram com a sua política de expansão geográfica. A decisão, no final do ano, do Governo chinês de eliminar as restrições no que toca ao investimento estrangeiro, aliada ao enorme potencial de crescimento que o mercado apresenta, sustenta a atractividade deste mercado.

Também os países da Europa Central e de Leste - com crescente destaque para a Rússia e não considerando a Polónia, onde estão presentes há já alguns anos quase todos os operadores internacionais de Retalho -, foram os que maior interesse despertaram no sector. Dada a fase inicial em que se encontra o sector da Distribuição moderna nessas economias, e pelo facto de muitos destes países terem aderido à União Europeia em 2004, o potencial de crescimento que apresentam é considerável. As cadeias alemãs são as que têm prosseguido uma estratégia mais activa no conjunto destes países.

Tendo em conta a crescente saturação dos principais mercados e as grandes tendências económicas e de consumo, manteve-se uma forte pressão sobre os preços. Consequentemente, e dado o seu posicionamento, o formato *discount* continuou a revelar uma sólida dinâmica a nível internacional.

2.2. Mercado Grossista Alimentar – Portugal

Ao contrário do registado em 2003, a actividade do mercado grossista em Portugal apresentou, em 2004, um arrefecimento, na ordem dos 1,5 pontos percentuais¹. A maior pressão do Retalho Moderno sobre o Retalho Alimentar Tradicional, a queda registada no sector do turismo e alguma retracção no consumo de bens alimentares ajudam a compreender tal comportamento.

A realização do *Euro 2004* e a do *Rock in Rio* parecem ter produzido benefícios abaixo do esperado no canal de indústria hoteleira, podendo não só ter inibido turistas não afectos ao futebol, como também favorecido apenas os pontos de venda localizados junto dos estádios ou das zonas de concentração das claques dos vários países.

Os principais canais do mercado grossista, o Retalho Alimentar Tradicional e a Indústria Hoteleira, apresentaram contudo comportamentos distintos². O canal da Indústria Hoteleira deve-se ter mantido em valor face ao ano transacto, e o canal do Retalho Tradicional manteve a trajetória descendente anteriormente iniciada.

O segmento da indústria hoteleira tem vindo a conhecer crescimentos apreciáveis nos últimos anos, salientando-se o facto de a penetração dos *cash & carry* neste canal não ser ainda significativa.

2.3. Mercado Retalho Alimentar – Polónia

O mercado da Distribuição na Polónia continua a revelar um dinamismo significativo, marcado pela contínua abertura de novos espaços comerciais e pelo crescimento estimado, na ordem dos 3,7%, do consumo privado.

Contando com a presença de quase todos os principais operadores internacionais da Distribuição, a Polónia é o mercado da Europa Central que maior agressividade concorrencial apresenta. Consequentemente, em 2004, algumas empresas decidiram abandonar as suas operações e outras procederam à alienação parcial do seu parque de lojas, registando-se ainda a transferência de lojas do Retalho Tradicional para os operadores de Retalho Organizado. Não obstante este facto, o Retalho Tradicional continua ainda a representar mais de 50% do mercado polaco.

No ano de 2004, abriram as portas cerca de 220 novas lojas, sendo o formato *discount* aquele que apresentou maior dinamismo com a inauguração de uma centena e meia de lojas. No formato hipermercado, pese embora apresentar um elevado nível de saturação, registaram-se mais de 30 novas lojas, devido, essencialmente, à expansão da cadeia alemã Lidl/Kaufland. Destaca-se também a compra, por parte da Carrefour, de 13 hipermercados da Ahold, na sequência do processo de reestruturação encetado por esta última.

Apesar do elevado índice de dinamismo e agressividade comercial já existente, a adesão da Polónia à União Europeia, em Maio de 2004, irá certamente potenciar a atracção de mais investimentos no sector da Distribuição.

¹ Estimativas internas

² estimativas internas

3. SÍNTESE DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA DO ANO

3.1. Vendas Consolidadas

As vendas consolidadas apresentaram um crescimento de 5,1%, numa base comparável, fruto do bom

		Participação	Vendas (Mil. Euros)			Margem EBITDA		Nº lojas	Área vendas (m2)	Vendas/m2	LFL Δ%
			04	03	Δ%	04	03				
Portugal Continental	 Cash & Carry (Líder)	100%	592.2	595.2	-0.5%	7.5%	7.5%	32	107,202	5.6	0.0%
Portugal Madeira	 (Lidoso) Supermercados	50.0%	102.4	98.1	4.4%	8.5%	7.8%	12	8,604	8.8	1.2%
	 (J.G.Camacho) Cash & Carry							2	3,378	8.5	0.3%
Polónia	 Lojas alimentares (Líder)	100%	1.059,1	925,3	14,5%	4,9%	4,4%	725	348.751	14,5	9,4%

desempenho da Biedronka.

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA					
Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2004					
	Número de lojas		Área de venda (m2)		Δ % Like for Like
	2004	2003	2004	2003	
Recheio **	34	33	110,580	107,902	0.0%
Biedronka	725	672	348,751	317,942	9.4%

** incluindo as plataformas de food service

A cadeia de *cash & carry* **Recheio** apresentou um bom desempenho de vendas no canal HoReCa, com um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior. A realização em Portugal de eventos como o *Euro 2004* e o *Rock in Rio* acabaram por ter um impacto limitado no tempo, sem o efeito esperado ao nível da revitalização do consumo.

O canal de Retalho Tradicional foi fortemente influenciado pelo ambiente competitivo que se fez sentir em todo o sector da Distribuição Alimentar, apresentando, por isso, uma contracção que acabou por se reflectir no desempenho da Insígnia. No entanto, o Recheio reforçou a sua liderança no segmento de *cash & carry* e aumentou a sua quota de mercado.

Seguindo uma política de preços competitiva, traduzida numa deflação de 2% em 2004, e desenvolvendo adequadamente a sua comunicação, a operação de supermercados na **Madeira** registou um significativo desempenho de vendas, com um crescimento, no mesmo parque e lojas, de 1,2% face a 2003.

A área de Retalho na Madeira conta com uma nova loja, aberta em Março de 2004 sob a Insígnia Pingo Doce.

A operação de *cash & carry* na Madeira conseguiu manter as vendas ao nível do ano anterior, apesar da diminuição registada na actividade turística na ilha.

Na Polónia, a **Biedronka** manteve o seu dinamismo comercial, acabando o ano com um excelente desempenho das vendas, que, em termos comparáveis, registaram um crescimento de 9,4%.

A capacidade de crescer no mesmo parque de lojas e a abertura de 55 novas unidades originaram um aumento das vendas totais de 17,5%, em moeda local.

A valorização do zloty registada a partir da segunda metade do ano não permitiu, ainda, que o crescimento das vendas em moeda local tivesse equivalente impacto em euros.

3.2. Resultados Operacionais

Em 2003, o Grupo identificou, como uma imposição incontornável do mercado em que actua, a necessidade de ser competitivo em preço. Este diagnóstico motivou um trabalho interno de permanente identificação de potenciais oportunidades de ganhos de eficiência, de cuja concretização dependem o reforço da competitividade dos negócios e a garantia da sua rentabilidade.

RESULTADOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS					
Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2004					
	2004		2003		Δ % 04/03
	Mil. Eur	% Vendas	Mil. Eur	% Vendas	
Vendas Consolidadas	1,708,560		1,626,402		5.1%
Margem	293,219	17.2%	272,733	16.8%	7.5%
Descontos financeiros	11,797	0.7%	12,425	0.8%	-5.1%
Custos com meios de pagamento	-583	0.0%	-391	0.0%	49.1%
Custos operacionais	-201,757	-11.8%	-193,630	-11.9%	4.2%
Provisões	-3,266	-0.2%	-2,357	-0.1%	38.6%
Cash flow operacional (EBITDA)	99,410	5.8%	88,780	5.5%	12.0%
Amortizações	-38,952	-2.3%	-40,108	-2.5%	-2.9%
Res. Oper. excl. amort. de goodwill (EBITA)	60,458	3.5%	48,672	3.0%	24.2%
Amortização de goodwill	0	0.0%	-15,406	-0.9%	-100.0%
Resultado operacional (EBIT)	60,458	3.5%	33,266	2.0%	81.7%

Em 2004, a redução dos custos operacionais, conjuntamente com a redução do valor das quebras, permitiu um importante ganho na margem EBITDA e dotou os vários negócios de uma capacidade acrescida para competir num mercado onde não se antevê a atenuação do ambiente concorrencial.

A evolução positiva dos resultados operacionais (EBITA), com um crescimento de 24,2% em relação ao ano anterior, confirma a capacidade de crescimento do Grupo sem prejuízo das suas margens, e testemunha a determinação de todas as Áreas de Negócio a aumentar a eficiência das suas operações.

Na Madeira, o aumento de competitividade reflectido no desempenho de vendas foi suportado pela reestruturação de processos de loja cuja simplificação permitiu ganhos imediatos e preparou as Companhias para um mercado cada vez mais competitivo.

Também na Polónia, a prioridade dada à máxima eficiência da operação em muito contribuiu para o fortalecimento da capacidade competitiva da cadeia, que, continuando a afirmar-se como o operador mais barato do mercado polaco, aumentou a margem de *cash flow* operacional em 0,5 pontos percentuais. Em 2004, destaca-se o trabalho desenvolvido ao nível logístico, área fundamental dada a dimensão do parque de lojas da Biedronka espalhado por toda a Polónia.

Comparativamente, o resultado operacional (EBIT) surge afectado pela decisão de adoptar, a partir de 1 de Janeiro de 2004, as mais recentes alterações introduzidas nas normas contabilísticas internacionais - *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS)* -, nomeadamente no que respeita à suspensão da amortização do *goodwill* e de outros activos intangíveis de vida útil indefinida (que passam a estar sujeitos a testes de *impairment*).

O crescimento das vendas da Biedronka, aliado à crescente rentabilidade do negócio, levou ao aumento do peso da área internacional no *cash flow* gerado pelo Grupo.

3.3. Resultados Líquidos e Cash Flow

Os resultados líquidos consolidados atingiram 31,6 milhões de euros e reflectem o bom desempenho operacional dos negócios que constituem o portefólio do Grupo.

O resultado líquido encontra-se, ainda, negativamente afectado por verbas não recorrentes, no valor de 9 milhões de euros, de onde se destaca a perda registada com a conclusão da alienação do Eurocash (8,5 milhões de euros).

RESULTADOS LÍQUIDOS CONSOLIDADOS

Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2004

	2004		2003		Δ % 04/03
	Mil. Eur	% Vendas	Mil. Eur	% Vendas	
Vendas Consolidadas	1,708,560		1,626,402		5.1%
Resultado operacional (EBIT)	60,458	3.5%	33,266	2.0%	81.7%
Resultados financeiros	-17,197	-1.0%	-19,438	-1.2%	11.5%
Itens não recorrentes	-9,035	-0.5%	-4,466	-0.3%	
Resultados correntes	34,226	2.0%	9,362	0.6%	265.6%
Imposto sobre o rendimento	-1,078	-0.1%	-995	-0.1%	8.3%
Impostos diferidos	-864	-0.1%	1,965	0.1%	-144.0%
Resultado líquido	32,284	1.9%	10,332	0.6%	212.5%
Interesses minoritários	-642	0.0%	-1,381	-0.1%	-53.5%
Result. líquido atr. aos accionistas do Recheio	31,642	1.9%	8,951	0.6%	253.5%
<i>Resultado Líquido por acção (Euro)</i>	<i>1.05</i>		<i>0.30</i>		<i>253.5%</i>
<i>Cash Flow por acção (Euro)</i>	<i>2.81</i>		<i>2.36</i>		<i>19.4%</i>

3.4. Dívida Financeira

O Grupo acabou o ano com um nível de dívida consolidada de 184 milhões de euros. O Grupo tem vindo a desenvolver as suas actividades trabalhando atentamente sobre a maturidade da dívida, a eficiência financeira e a estabilidade do Balanço das várias Áreas de Negócio.

DÍVIDA FINANCEIRA

Para o ano findo a 31 de Dezembro de 2004

	2004	2003	Δ %
	Mil. Eur	Mil. Eur	04/03
Dívida de Médio Longo Prazo	122,887	238,170	-48.4%
Empréstimos Obrigacionistas	50,000	99,760	-49.9%
Empréstimos bancários e outros	72,887	138,410	-47.3%
Dívida de Curto Prazo	138,103	37,988	263.5%
Empréstimos Obrigacionistas	99,760	0	n.a.
Empréstimos bancários e outros	38,343	37,988	0.9%
Dívida Financeira	260,990	276,158	-5.5%
Leasings e Juros em Dívida	11,887	8,942	32.9%
Títulos negociáveis e depósitos bancários	-89,047	-75,850	17.4%
Dívida Líquida	183,830	209,250	-12.1%

No início do mês de Fevereiro, foi colocada, através da Recheio SGPS, S.A., uma emissão obrigacionista no montante de 50 milhões euros, pelo prazo de 5 anos, com um cupão semestral indexado à Euribor a 6 meses.

Na sequência da evolução positiva das operações na Polónia, e atestando a sua saúde financeira, a Jerónimo Martins Dystrybucja contratou financiamentos em bancos locais, num total de 350 milhões de zloties. Estes recursos destinaram-se ao reembolso de financiamentos que tinham sido efectuados em euros, a partir de Portugal, permitindo ao Grupo fazer a cobertura natural do investimento naquele país.

4. DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR - PORTUGAL

4.1. Recheio

Jorge Santos Dias – Director Geral

"A liderança do mercado grossista, alcançada pelo Recheio no final de 2003, constitui um marco histórico na vida da Companhia. É o resultado de uma estratégia delineada há mais de 10 anos, que foi sendo construída, passo a passo, com uma determinação inabalável e com uma paixão pelo negócio sentida por todos os nossos colaboradores e transmitida diariamente, de forma intensa, aos nossos clientes.

*Sendo verdade que o facto de sermos líderes de mercado nos enche de um enorme orgulho, não é menos verdade que tal situação nos traz responsabilidades acrescidas. Ser líder de mercado quer dizer **ser o primeiro... estar à frente... ser a referência.***

Estar à frente em termos de inovação...! Ser a referência em termos da qualidade dos produtos que comercializamos e do serviço que prestamos aos nossos clientes...! Ser o primeiro do ponto de vista do cumprimento das normas de Segurança Alimentar.

Quem opera na área alimentar sabe que soluções de compromisso nunca dão bons resultados. Por outras palavras, o único compromisso possível é a garantia que o Recheio dá aos seus clientes de que continuará a trabalhar para merecer a preferência e a confiança demonstrada por todos os profissionais de comércio alimentar que nos têm, ao longo de todos estes anos, dado o orgulho de os poder servir."

Missão

Responder a todas as necessidades dos clientes de retalho tradicional e do canal HoReCa. Dar aos nossos clientes "value for money" e, para isso acreditar em relações de longo prazo, oferecendo a cada segmento o valor mais adequado às suas necessidades. Os colaboradores do Recheio, a sua motivação, competência e dedicação são o melhor instrumento de construção daquelas relações, seja com clientes, seja com fornecedores. O foco de todos no cliente e na eficiência da empresa são a melhor garantia de rentabilidade e retorno ao investimento dos Accionistas.

Num ano particularmente difícil como foi o de 2004, profundamente marcado por dificuldades no consumo privado e pelo aumento da agressividade concorrencial entre todos os formatos da Distribuição moderna, o Recheio conseguiu reforçar a sua liderança no mercado grossista, afirmando-se, definitivamente, como a principal referência de fornecimento para os profissionais de comércio alimentar – indústria hoteleira e Retalho Tradicional.

Não obstante as vendas líquidas terem decrescido 0,5% face ao ano anterior (0,0% no mesmo parque de lojas), o Recheio conseguiu aumentar a sua quota de mercado em cerca de 0,3 pontos percentuais, uma vez que o mercado grossista terá perdido, em 2004, cerca de 1,5% face a 2003³.

Uma breve análise do desempenho em cada canal de negócio demonstra que:

- O canal de Retalho registou uma quebra de vendas de cerca de 2,5% face a 2003, resultante do aumento da pressão concorrencial do retalho moderno (*discounts*, hipermercados e supermercados) sobre os retalhistas tradicionais;
- O canal HoReCa cresceu 3,4% face ao ano anterior, num período particularmente desfavorável como foi o ano de 2004, marcado por uma queda significativa no sector do turismo, contrariando os benefícios que se esperavam para este sector com a realização de eventos de âmbito internacional. O crescimento obtido, numa conjuntura particularmente difícil, vem confirmar o sucesso da estratégia adoptada pelo Recheio para o canal HoReCa, que se consubstancia numa proposta de valor diferenciada para cada segmento de clientes que o compõem.

Ainda no canal HoReCa, é de realçar a abertura, em Junho de 2004, da segunda plataforma de *Food Service MasterChef*. Sediada no MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, pretende servir todos os profissionais da Indústria Hoteleira da região da Grande Lisboa.

O crescimento de 36%, do volume de vendas de *food service* na região de Lisboa, registado durante os últimos sete meses do ano confirma, uma vez mais, o acerto da decisão tomada pela Companhia de servir este segmento de clientes através de unidades autónomas.

Refira-se, igualmente, a remodelação de seis lojas Recheio/MasterChef ao longo do ano de 2004. Estas intervenções permitiram um alargamento substancial das áreas de frescos, com um enfoque

³ estimativas internas

especial nos Perecíveis, dotando aquelas unidades dos mais modernos equipamentos de frio e de exposição de produtos disponíveis no mercado, ao mesmo tempo que possibilitaram a revisão do sortido de cada uma das lojas e a sua melhor adequação às necessidades dos clientes do canal HoReCa.

O resultado operacional (EBITDA) ascendeu, em 2004, a 44,5 milhões de euros, correspondentes a 7,5% das vendas, o que, conjuntamente com uma gestão rigorosa do capital circulante, acabou por se reflectir, uma vez mais de forma bastante positiva, nos níveis de liquidez da Companhia.

Em 2005, o Recheio pretende continuar o seu esforço de expansão, estando previsto o alargamento do negócio de *Food Service* com uma nova plataforma *MasterChef*, no Algarve.

4.2. Madeira

José António Nogueira de Brito – Director Geral

"Participar no desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, partilhando as dificuldades comuns a todas as empresas insulares, mas com um enorme entusiasmo e determinação na implementação da estratégia definida, é, para toda a equipa de Jerónimo Martins na Madeira, motivo de grande orgulho e satisfação."

Capitalizar na experiência do Pingo Doce e do Recheio, adaptando as políticas e práticas de negócio à realidade da Região, é a forma mais correcta de estar na Madeira. Viver na Madeira, para além de um prazer, é parte importante desta forma de pensar."

Missão

Proporcionar às famílias madeirenses as melhores soluções no consumo alimentar, dentro e fora de casa. Para isso, é primeira prioridade construir relações de confiança a longo prazo com os consumidores finais, através da rede Pingo Doce, mas também com os clientes profissionais do retalho alimentar e do canal HoReCa, através do Recheio, oferecendo a ambos uma solução alimentar de qualidade, a preços competitivos.

Em 2004, deu-se continuidade à estratégia que se havia iniciado no ano anterior nas lojas Pingo Doce da Madeira, controlando os preços de um número cada vez maior de referências para garantir um posicionamento fortemente competitivo na Região. O objectivo foi, e continua a ser, facilitar a escolha dos clientes, levando-os a comprar mais nas lojas da cadeia e alargando, assim, o seu cabaz de compras. Durante o ano, controlou-se, mensalmente, cerca de 1.500 referências, representando mais de 30% das vendas totais, cujos preços se baixou de forma consistente ao longo dos 12 meses, o que se traduziu numa deflação de 2% (em contraciclo com a variação média do índice de preços ao consumidor, de 2,9%). Paralelamente, pôs-se fim a todas as actividades promocionais de preço, por forma a garantir, de modo consistente e sustentável, o novo posicionamento em matéria de preços: estável ("não é uma promoção") e muito competitivo ("são os preços sempre baixos").

As vendas do Pingo Doce na Madeira atingiram o valor de 73,7 milhões de euros, com um crescimento no mesmo parque de lojas de 1,2%, apesar da abertura, em Dezembro de 2003, de uma nova loja da concorrência, ficando o acréscimo total de 6,1% a dever-se, sobretudo, à abertura de uma nova loja na Cancela, em Março de 2004.

A eficiência operacional foi, no âmbito dos projectos de Melhoria de Processos, a prioridade na actuação de todas as áreas da Companhia, sendo de destacar a consolidação da racionalização do sortido, iniciada no ano anterior; a implementação do sistema semi-automático de reaprovisionamento MRP em todas as lojas (com índices de aproveitamento das sugestões de encomenda superiores a 90%); o arranque do *software* logístico WPMS no armazém de Não Perecíveis; e, ainda, a introdução da ferramenta *Manpower Planning* na gestão dos horários de frente de loja. Estas mudanças contribuíram, simultaneamente, para a melhoria dos níveis de eficiência operacional e para um bom desempenho dos custos operacionais, através da redução da complexidade, da optimização do espaço de prateleira, da minimização do impacto dos erros nas encomendas, do melhor planeamento e controlo da produção logística, da redução do nível de rupturas e da reafecção dos recursos necessários a cada tarefa.

No Recheio da Madeira, com vendas de 28,6 milhões de euros (mais 0,3% do que no ano anterior), 2004 foi, sobretudo, um ano de defesa da liderança do mercado, com a abertura por parte de um concorrente a exercer pressão sobre as margens (a redução nas margens foi, no entanto, compensada pelo aumento de eficiência nos custos).

A evolução positiva nos custos operacionais de ambas as Insígnias conjugada com a recuperação da margem total para os níveis normais na rede Pingo Doce tornada possível pela estabilização de preços

e pela redução do impacto promocional na margem média, explicam o aumento do resultado operacional (EBITDA) em 0,7 pontos percentuais.

A qualidade e a diferenciação da oferta têm como exemplos o desenvolvimento de um sortido de especialidades estrangeiras nas lojas Pingo Doce de maior fluxo turístico ou a aposta na 4ª gama de vegetais (seleccionados, preparados, lavados e embalados), a par de um esforço na formação em atendimento, cujo programa, iniciado em Maio, ultrapassou já 50% dos colaboradores.

Paralelamente à abertura da loja da Cancela, cuja evolução foi muito positiva, remodelou-se a loja da Penteada e iniciou-se, no último trimestre do ano, os trabalhos na obra da futura loja do Fórum Madeira. Esta loja, cuja abertura está prevista para Maio de 2005, com uma área de vendas de 1.900 m², está inserida no espaço daquele que será o maior centro comercial da Madeira.

Em 2005, pretende-se continuar a reforçar o posicionamento competitivo da cadeia, suportado pela contínua melhoria da eficiência operacional, por forma a que cada vez mais clientes periféricos escolham o Pingo Doce como o seu estabelecimento principal de compras.

5. DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR – POLÓNIA

5.1. Biedronka

Pedro Silva – Director Geral

"O ano de 2004 fecha um ciclo, iniciado em 2000, de profundas alterações e ajustamentos ao modelo de negócio da Biedronka, que nos permite encarar o futuro com confiança, sustentado numa cultura de sucesso e numa estrutura sólida em permanente desenvolvimento na busca constante dos mais elevados níveis de excelência .

Toda a estrutura está consciente da responsabilidade, mas acima de tudo, da vontade de consolidar a posição de liderança num dos mercados mais competitivos a nível mundial."

Missão

Oferecer um sortido limitado, de produtos cuidadosamente seleccionados, de grande qualidade, satisfazendo as necessidades diárias dos seus clientes, a um preço baixo todos os dias. Todos os colaboradores devem garantir que a empresa opera com grande eficiência e custos baixos.

O ano de 2004 foi marcado por novos desafios e oportunidades para a Biedronka, quer na perspectiva da permanente adaptação à evolução dinâmica do mercado polaco, quer relativos à consolidação da estrutura organizacional da Companhia, por forma a incrementar as suas vantagens competitivas através da geração de eficiências operacionais e da racionalização dos custos.

O mercado manteve o dinamismo de uma economia que apresentou um dos mais acelerados níveis de crescimento da Europa e ficou marcado, no ano em análise, por factores de ordem diversa, como a adesão da Polónia à União Europeia e o incremento de competitividade no Retalho Alimentar, em resultado do significativo número de aberturas de novas superfícies comerciais de vários formatos.

A Biedronka reagiu a este contexto económico reforçando o seu posicionamento estratégico de forte liderança de preços, consistente com o seu compromisso de "Qualidade a preços baixos todos os dias". Adicionalmente, focou-se na inovação de sortido, através do desenvolvimento de embalagens mais atractivas e do incremento da qualidade dos seus produtos de marca exclusiva. A introdução de 98 novos produtos e o relançamento de 147 referências são o reflexo do acompanhamento permanente das expectativas dos clientes.

Simultaneamente, a Insígnia apostou na animação de loja, desenvolvendo o sortido Não Alimentar e melhorando a exposição de Perecíveis.

Atenta ao dinamismo concorrencial, a Biedronka acelerou o ritmo de crescimento orgânico, com a abertura de 55 novas lojas. Paralelamente, manteve o programa de remodelação de lojas (64), verificando-se, assim, uma crescente homogeneidade dos padrões de qualidade da cadeia.

Este programa foi consolidado pela preparação de infra-estruturas de suporte à expansão, com a construção do seu 5º Centro de Distribuição, inaugurado já em Janeiro 2005. A Companhia investiu, ainda, na criação de uma nova estrutura organizativa, inteiramente focada na actividade de expansão.

Durante o ano, no contexto da adesão da Polónia à União Europeia, procedeu-se a um desenvolvimento das actividades de *sourcing* internacional, assegurando-se, assim, uma permanente

monitorização dos preços de custo no contexto europeu. No entanto, não se verificaram alterações significativas na base de fornecedores da Biedronka, dada a excelente capacidade competitiva e os padrões de qualidade dos parceiros de negócio polacos.

Os resultados destas acções podem ser comprovados na evolução das vendas e consolidação de liderança no mercado alimentar polaco.

As vendas totais cresceram 17,5% em 2004, correspondendo a um crescimento de 9,4% no mesmo parque de lojas. As visitas de clientes registaram um aumento de 12,5%, atingindo 320 milhões.

O índice de notoriedade da marca Biedronka continuou a ser o mais elevado, como foi, aliás, demonstrado pelo reconhecimento da Biedronka com o prestigiado diploma de *Super Brands*, atribuído pela primeira vez a uma cadeia de retalho na Polónia.

O alargamento da infra-estrutura de refrigeração das lojas, o melhoramento das áreas de exposição do sortido não alimentar e a maior flexibilização no reaprovisionamento, conjugados com um investimento no alargamento da área de venda de lojas remodeladas e dos parques de estacionamento, foram alguns dos aspectos que promoveram o crescimento de vendas da cadeia.

A racionalização da estrutura de custos através de uma contínua reengenharia dos seus processos de negócio foi outro dos pilares estratégicos da Companhia.

O *upgrade* do sistema transaccional SAP para as versões mais recentes e a descentralização e simplificação de processos administrativos foram factores com impacto significativo na reestruturação da estrutura central.

O reforço da dinâmica das Estruturas Regionais implementadas em 2003 resultou igualmente na melhoria dos níveis de controlo e eficiência das operações.

Em paralelo, a eficiência logística mereceu igual atenção, através da implementação do standard EAN128 em conjunto com parceiros de negócio, do desenvolvimento dos sistemas de monitorização *on-time delivery* e da reestruturação de processos de gestão de armazém e de distribuição.

O investimento num novo protótipo de *layout* no Centro de Distribuição de Wyszkow, inteiramente focado em operações *just in time*, permitiu a aquisição de *know-how* para o incremento de produtividade das operações de armazém e a minimização do nível de *stocks*.

O prémio concedido à Biedronka, em Maio de 2004, pela *Polish Logistics Association*, no Congresso Logístico de Poznan, como distinção pelos seus projectos na área de *labeling* logístico, reflecte o reconhecimento do dinamismo e das competências desenvolvidos pela Companhia.

Finalmente, não foram descurados o treino e a formação de todos os níveis hierárquicos. Estando a Biedronka em permanente crescimento, foi definido como ponto crítico da estratégia o desenvolvimento e preparação dos colaboradores para os permanentes desafios com que são e serão confrontados.

Para complementar este plano, reforçou-se o projecto "Academia de *Managers*", introduziu-se um *Executive MBA* destinado a colaboradores e configurado para a realidade específica do mercado, e continuou a desenvolver-se a colaboração com Universidades locais.

O desenvolvimento de carreiras e de planos de sucessão foi também uma das áreas reforçadas. Durante 2004, a selecção e recrutamento de 18 gestores recém-licenciados (*management trainees*) para as diversas áreas funcionais e operacionais foi uma das decisões que visaram a preparação de futuros Quadros para uma Companhia em permanente expansão.

6. PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DO GRUPO

6.1. Investimentos

Na área da Distribuição, a par do trabalho realizado ao nível da prospecção de novas localizações e dos pedidos de licenciamento para a abertura de lojas, que serão a base da futura expansão, foram abertas 55 novas lojas Biedronka, 1 loja Pingo Doce na Região Autónoma da Madeira e uma plataforma de *Food Service* do Recheio.

Foi também preocupação do Grupo assegurar a manutenção e modernização das lojas, para garantir um parque de lojas homogéneo, e que obedeça, quer às exigências legais estabelecidas, quer ao standard definido pelas operações para cada um dos formatos.

Insígnia	Lojas Novas		Remodelações		Lojas Fechadas	
	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Pingo Doce (Madeira)	1	0	0	0	2	0
Recheio	1	1	2	1	0	1
Biedronka	55	38	64	62	2	4

6.2. Desinvestimentos

Para além da antecipação da conclusão da venda da cadeia de *cash & carry* Eurocash na Polónia, não ocorreu durante 2004 nenhum desinvestimento materialmente relevante. À semelhança dos anos anteriores, manteve-se a política de acompanhar a contribuição operacional de cada unidade produtiva, decidindo-se pelo encerramento sempre que se revele impossível inverter a tendência de destruição de valor ou quando a substituição se afigure como o cenário que melhor defende a estratégia da Insígnia.

Foi o caso de 2 lojas Biedronka e de 2 lojas Pingo Doce na Madeira (as quais funcionaram até 31 de Dezembro de 2003).

7. SISTEMA DE CONTROLO DE RISCO

7.1. Processo de Gestão de Risco

Sistema de Controlo de Risco

O Grupo atribui grande atenção aos riscos que estão subjacentes ao seu negócio. Pela sua relevância tanto para o processo de tomada de decisão interna como para os agentes de mercado em geral, o Grupo aposta na qualidade e transparência da informação prestada sobre todos os pontos com impacto, positivo ou negativo, no seu futuro.

Pretende-se, assim, identificar claramente os mecanismos de criação de valor, bem como as potenciais causas da sua destruição, ao mesmo tempo que se prepara informação que permite a avaliação de desempenho com elevado grau de confiança. O Grupo pretende dar aos seus accionistas uma visão tão clara quanto possível de todos os factores, endógenos e exógenos, que possam ter influência significativa na sua rentabilidade.

- **Objectivos da Gestão de Risco**

A Gestão de Risco no Grupo visa cumprir os seguintes objectivos:

- Identificar e avaliar os riscos de negócio e de processo;
- Identificar os vectores-chave de criação de valor (*key value drivers*) e aferir regularmente os seus pontos fortes e pontos fracos;
- Desenvolver e implementar programas de cobertura e prevenção de riscos;
- Integrar a Gestão de Risco no planeamento dos negócios;
- Adoptar uma metodologia comum a todo o Grupo para a identificação de riscos, sua gestão e monitorização;
- Promover a consciencialização dos colaboradores para os riscos e os efeitos positivos e negativos de todos os processos que influenciam as operações e que constituem fontes de criação de valor;
- Melhorar o processo de tomada de decisão e de definição de prioridades, pela compreensão estruturada dos processos de negócio do Grupo, da sua volatilidade e das suas oportunidades e ameaças.
- **O Processo da Gestão de Risco**

A Gestão de Risco no Grupo está suportada por uma abordagem que parte do conceito de *Economic Value Added* - EVA, aplicado a dois universos – ao Consolidado e ao Operacional.

Pretende-se, assim, realizar uma análise *bottom-up*, avaliando primeiro os elementos que estão na base, quer do NOPLAT (resultado operacional após imposto), quer do custo de capital, de forma a

adquirir uma noção objectiva de como estes interagem, e, em última análise, identificar os principais riscos do processo de geração de valor, enquanto objectivo central de gestão.

Os processos de negócio das diferentes actividades desenvolvidas no Grupo inserem-se numa cadeia de valor que incorpora um núcleo estratégico de *key value drivers*. A Gestão de Risco parte, assim, da identificação desses *key value drivers* e da análise dos riscos que lhes estão subjacentes.

Com esta abordagem, desenvolve-se uma perspectiva sistematizada e interligada de riscos inerentes a processos, funções e direcções organizacionais. O processo de Gestão de Risco possui uma natureza cíclica, que contempla (1) a identificação e avaliação de riscos; (2) a definição de estratégias de gestão; (3) a implementação dos processos de controlo; e (4) a monitorização do processo de Gestão de Risco.

Os responsáveis dos processos críticos do negócio têm também a seu cargo o desenho e implementação de mecanismos de controlo de risco, conjuntamente com os responsáveis pela Gestão de Risco da Direcção Funcional de Operações Financeiras da Holding. A eficiência dos mecanismos de controlo de risco é, por sua vez, avaliada pela Auditoria Interna do Grupo.

Dos processos de controlo de risco em vigor no Grupo, destacam-se a política de seguros e a gestão dos riscos patrimoniais e financeiros.

7.2. Riscos

Riscos Patrimoniais e Financeiros

- Gestão de Riscos Não Financeiros e Seguros

Em 2004, o Departamento de Gestão de Risco assumiu completamente o controlo directo da gestão da carteira de seguros de todas as suas subsidiárias em Portugal.

A centralização de funções relacionadas com seguros desenrolou-se de forma gradual. No final do ano, era já possível desenvolver, através de um único departamento para essas Companhias, as tarefas relacionadas com: i) gestão e controlo de sinistros; ii) gestão de capitais e locais de risco; iii) controlo de prémios de seguro; iv) requisição de certificados de seguro; v) contratação pontual de seguros.

A especialização de tarefas permite libertar recursos para a realização de outras tarefas e também harmonizar práticas e procedimentos entre as diferentes empresas, assim como sistematizar informação para análise.

O capital de conhecimento adquirido possibilitou, igualmente, que se abordasse o papel de corrector de seguros de forma completamente diferente. Doravante, serão contratados, apenas numa base pontual, os serviços de um consultor especializado para o apoio ao desenvolvimento de projectos específicos na área de Gestão de Risco. Os resultados destas alterações revelaram-se já muito frutuoso no processo de renovação da carteira de seguros para o ano de 2005.

Durante o ano de 2004, foi dada continuidade ao projecto de atribuição de *ratings* aos diferentes locais de risco. Para 2005, estão em estudo vários projectos com vista à melhoria dos riscos patrimoniais, nomeadamente a introdução faseada de sistemas de extinção de incêndios nas lojas e armazéns, que deverão contribuir de forma relevante para a conclusão do projecto de notações de *rating*.

- Gestão de Riscos Financeiros

Nesta classe de riscos, o Grupo está primordialmente exposto a risco de taxa de juro e risco cambial. Pela dimensão e impacto potencial sobre as demonstrações financeiras, o seu controlo assume um carácter prioritário.

Para gerir estes riscos, recorre-se a *software* específico de avaliação de instrumentos financeiros, que permite não só a validação dos registos contabilísticos, como a análise de propostas e cotações enviadas pelas instituições financeiras com quem negocia.

i) Risco de Taxa de Juro

O controlo do risco de taxa de juro associado à dívida financeira é feito com recurso a operações, mais ou menos estruturadas, contratadas a custo zero.

No final do ano, o Grupo contabilizava 37,5 milhões de euros em montante notional de derivados de taxa de juro.

O justo valor desses instrumentos era de 736,6 mil de euros negativos, reflexo do *flattening* das curvas de taxas de juro da Zona Euro e do USD:

Resumo da evolução das taxas de juro

Maturidade	1-Jan-04	Máximo	Mínimo	31-Dec-04	Δ %
EUR 2y IRS	2,78	3,01	2,23	2,63	-0,16
EUR 5y IRS	3,69	3,89	3,01	3,17	-0,53
EUR 10y IRS	4,41	4,55	3,62	3,76	-0,65
5y-2y	0,91	-	-	0,54	-0,37
10y-2y	1,62	-	-	1,13	-0,49
10y-5y	0,71	-	-	0,59	-0,12

Maturidade	1-Jan-04	Máximo	Mínimo	31-Dec-04	Δ %
USD 2y IRS	2,16	3,48	1,79	3,44	1,28
USD 5y IRS	3,65	4,52	2,99	4,03	0,39
USD 10y IRS	4,66	5,37	4,03	4,65	-0,01
5y-2y	1,48	-	-	0,59	-0,89
10y-2y	2,50	-	-	1,21	-1,29
10y-5y	1,01	-	-	0,61	-0,40

Tendo sido contratadas com a finalidade de protecção contra subidas de taxas de juro, e perante o cenário de taxas de juro acima ilustrado, estas operações tiveram um impacto negativo nos juros pagos em 2004 de 86,5 mil euros.

ii) Risco Cambial

Sempre que possível, procura-se gerir as exposições a risco cambial através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local na Polónia. Quando tal não se revela possível são contratadas operações, mais ou menos estruturadas, a custo zero.

Em relação à exposição ao risco decorrente do investimento na Polónia, o ano de 2004 ficou marcado, a partir do final do primeiro trimestre, por uma recuperação notável da moeda polaca. Do ponto de vista de médio e longo prazos, os níveis de fecho de ano são considerados interessantes, pelo que estão em análise novas operações de cobertura. Ainda assim, os custos a suportar anualmente decorrentes do diferencial de taxas de juro são bastante elevados.

Riscos Operacionais

O processo de Gestão de Riscos operacionais considera um modelo de riscos operacionais e um modelo de processos críticos de negócio nas fases de (i) identificação e avaliação de riscos, (ii) implementação de processos de controlo e (iii) monitorização do processo de Gestão de Risco.

A utilização destes dois instrumentos visa assegurar uma abordagem estruturada e o mais ampla possível dos riscos que podem condicionar a realização dos objectivos por parte das Companhias do Grupo.

- Modelo de Riscos Operacionais

Neste modelo, são consideradas as classes de riscos de processo, riscos de recursos humanos, riscos de sistemas de informação e riscos de informação para a tomada de decisão.

A classe de riscos de processo inclui os riscos relacionados com *sourcing*, *supply chain*, transportes, quebras de existências, obsolescência, rupturas, nível de serviço, satisfação dos clientes, preço, recolha de fundos, investimentos, salvaguarda de activos, eficiência, higiene

e segurança, qualidade, ambiente, interrupção do negócio e fraude. Entre os riscos de recursos humanos, são considerados neste modelo os riscos associados a processamento de salários, níveis de autorização, comunicação e formação, ética, acidentes de trabalho e legislação laboral.

Nos riscos de sistemas de informação consideramos os riscos de acesso, comunicações, integridade da informação, infra-estrutura e de *disaster recovery*.

Nos riscos de informação para a tomada de decisão são considerados os riscos de natureza contabilística, fiscal e legal.

- Modelo de processos críticos de negócio

Este modelo de processos críticos de negócio encontra-se adaptado para cada Companhia do Grupo e permite a visualização dos fluxos de informação e respectivos sistemas de suporte, estando estruturado em quatro áreas principais que agrupam os processos críticos relacionados com (i) suporte do negócio; (ii) *sourcing* e gestão de *supply chain*; (iii) operações e (iv) vendas e gestão da oferta.

A actividade do Departamento de Auditoria Interna visou, em 2004, avaliar a medida em que o sistema de controlo interno das Companhias do Grupo cobre o efeito dos riscos identificados, quer em termos da sua probabilidade de ocorrência, quer em termos do impacto para as operações. Esta avaliação dos processos de controlo (que visam a redução dos efeitos dos riscos) permitiu a actualização de uma base de dados de riscos que afectam ou poderão afectar as Companhias do Grupo.

De acordo com o estabelecido no plano de actividades, e também à luz da actualização dos modelos de riscos operacionais e de processos críticos de negócio aplicáveis a cada Companhia do Grupo, resultou a realização de auditorias a processos relacionados com os riscos de quebras e obsolescência de stocks, recolha de fundos, *supply chain* e nível de serviço, transportes, investimentos e salvaguarda de activos. Na área de Recursos Humanos, foram auditados os riscos relacionados com o processamento de salários e gestão de acidentes de trabalho. A avaliação dos procedimentos que visam reduzir os riscos relacionados com a Qualidade é conduzida pelos Departamentos de Controlo de Qualidade das Companhias.

Na área de sistemas de informação, realizaram-se auditorias de avaliação dos riscos de acessos, comunicações e integridade da informação, bem como a actualização das conclusões apuradas no ano anterior quanto aos controlos gerais de sistemas de informação, em especial no tópico de *disaster recovery*.

Entre os riscos de informação para a tomada de decisão, foi realizado um conjunto de auditorias de natureza contabilística, de modo a aferir o cumprimento dos princípios contabilísticos, e efectuado o acompanhamento das contingências de natureza legal e fiscal, cujo detalhe é apresentado no Anexo às Contas Consolidadas.

8. GESTÃO AMBIENTAL

Só há futuro para quem promova o desenvolvimento sustentável das comunidades.

As Companhias do Grupo apostam na adopção de um comportamento responsável e pró-activo, considerando a preservação do ambiente como um factor indispensável na condução dos seus negócios e no seu crescimento económico.

Em linha com estes princípios, o presente Relatório integra os requisitos definidos na Directriz Contabilística n.º 29 – Matérias Ambientais, sendo também apresentados indicadores ambientais que têm por objectivo contribuir para a avaliação do desempenho ambiental das empresas, relativamente aos consumos de Água e Energia e Gestão de Resíduos.

8.1. Política Ambiental

A Política Ambiental do Grupo visa os seguintes objectivos:

- Melhoria contínua do desempenho ambiental das suas actividades, produtos e serviços, e prevenção da poluição;
- Cumprimento da legislação ambiental aplicável e preparação para a futura regulamentação, bem como observância de outros requisitos relevantes;
- Adopção de boas práticas ambientais pelos seus colaboradores;
- Satisfação das preocupações ambientais dos consumidores.

O Grupo tem, assim, um papel activo nas comunidades onde desenvolve a sua actividade, colaborando com os parceiros de negócio, as autoridades e as instituições na protecção do ambiente, e assumindo as suas responsabilidades na óptica do desenvolvimento sustentável.

Os Sistemas de Gestão Ambiental das Companhias das áreas da Distribuição baseiam-se na NP EN - ISO 14001:1999.

8.2. Principais Impactes Ambientais

Os aspectos ambientais mais relevantes da área da Distribuição são os seguintes:

- Consumo de energia nas unidades, principalmente electricidade, utilizada a nível da conservação dos alimentos, da iluminação, da climatização e do funcionamento de equipamentos, em geral;
- Produção de resíduos sólidos, sobretudo resíduos sólidos orgânicos, papel/cartão e plástico, gerados nas unidades;
- Emissões para a atmosfera (nomeadamente CO₂);
- Consumo de combustíveis fósseis (gasóleo) ao nível do transporte de mercadorias.

8.3. Programas de Gestão Ambiental

O Programa de Gestão Ambiental, implementado em 2004 na área da Distribuição (lojas e Centros de Distribuição), traduziu-se nas diversas acções a seguir apresentadas.

Controlo da Qualidade e do Consumo de Água

O Plano de Monitorização da Qualidade da Água, definido em 2004, abrangeu todas as unidades em Portugal, de forma a otimizar o controlo da qualidade da água consumida, apesar de a maior parte das unidades utilizar água proveniente da rede pública de abastecimento.

Foram efectuadas, em Portugal, 74 análises, tendo-se registado que, em 93% dos casos, todos os parâmetros analisados cumpriam integralmente os limites definidos na legislação (D.L. 243/2001 em vigor desde Dezembro 2003).

Unidades	2003		2004	
	Número de Unidades Abrangidas	% do Número Total de Unidades	Número de Unidades Abrangidas	% do Número Total de Unidades
Lojas	20	54%	39	100%
Centros de Distribuição	1	100%	1	100%

Em 2004, através de leituras realizadas nos contadores pelos colaboradores das unidades, foi contabilizado o consumo de água em 52% das unidades em Portugal e 19% na Polónia. Não foi feita uma análise comparativa com anos anteriores, uma vez que este levantamento ocorreu, de forma completa, pela primeira vez este ano. Para 2005, é objectivo apresentar já uma evolução dos indicadores de consumo de água.

Indicadores Ambientais:

2004	PORTUGAL	POLÓNIA
LOJAS		
Consumo de água por área de venda (m ³ / m ²)	0,90	0,85
ARMAZÉNS		
Consumo de água por milhares de caixas movimentadas (m ³ / UMC'000)	n.a.	0,08

Racionalização do Consumo de Energia

Visando a utilização racional dos recursos energéticos nas lojas e Centros de Distribuição, foram implementadas, em 2004, várias acções, das quais se destacam as seguintes:

- Instalação de alguns sistemas *Adap-kool* nos equipamentos de frio industrial, solução que permite uma optimização dos consumos energéticos que pode chegar a cerca de 20% do consumo global das instalações de frio industrial;
- Utilização de lâmpadas mais eficientes e de armaduras com balastros electrónicos;
- Aquisição e instalação de equipamentos mais eficientes;
- Instalação de Gestão Técnica Centralizada, em algumas unidades de maior dimensão.

Ainda durante o ano em análise, foi iniciada a alteração da iluminação das áreas de venda de 3 lojas Recheio, no âmbito do projecto de adesão voluntária *European Green Light*, que visa, principalmente, a racionalização dos consumos energéticos, com a consequente redução de gases de efeito de estufa e de outros poluentes.

Por forma a optimizar a monitorização do consumo de electricidade, foram realizadas leituras nos contadores das unidades. Não são apresentados indicadores relativos a 2003, uma vez que os dados disponíveis eram escassos, sendo objectivo para a futura análise relativa a 2005 apresentar uma evolução dos indicadores de consumo de electricidade.

Na Polónia, as caldeiras a carvão foram substituídas por equipamento que utiliza gás natural ou por sistemas comunitários de aquecimento, minimizando-se, assim, as emissões para a atmosfera. Nos poucos casos onde estas situações não eram tecnicamente viáveis, passou a utilizar-se óleo como combustível.

Indicadores Ambientais:

2004	PORTUGAL	POLÓNIA
LOJAS		
Consumo de electricidade por área de venda (kWh / m ²)	291,6	298,6
ARMAZÉNS		
Consumo de electricidade por milhares de caixas movimentadas (kWh / UMC'000)	n.a.	54,0

Gestão de Resíduos

No sentido de optimizar a segregação de cartão e plástico no Recheio, foi desenvolvido um projecto de substituição de alguns equipamentos de recolha, de redefinição da periodicidade de recolha e de formação dos colaboradores das lojas, tendo-se conseguido um aumento de 15,3% na separação daqueles resíduos.

Em 2004, foram instaladas 102 prensas de cartão nas unidades da Polónia (Centros de Distribuição e lojas), no sentido de optimizar as operações de gestão deste tipo de resíduo. Por outro lado, tem-se apostado continuamente na separação de resíduos valorizáveis, incluindo a fracção orgânica.

Indicadores Ambientais:

Total de resíduos encaminhados para valorização (toneladas)

	2003	2004	Varição 04/03
Portugal	1.716	1.978	15,3%
Polónia	11.780	15.025	27,5%
Total	13.496	17.003	26,0%

O claro aumento da quantidade de resíduos encaminhados para valorização deve-se, em grande medida, à forte sensibilização e empenho dos colaboradores do Grupo.

Critérios Ambientais na Construção e Remodelação de Unidades

Durante 2004, foram considerados critérios ambientais em 4 projectos de construção ou remodelação de unidades em Portugal, tendo sido implementadas diversas medidas de melhoria. O quadro que se segue apresenta algumas das medidas adoptadas.

Área Ambiental	Medidas Implementadas
Consumo de Água	Instalação de torneiras temporizadas e equipamentos com fluxómetros nas casas de banho de clientes e balneários. Instalação de sub-contadores para medição dos consumos de água nos sectores mais significativos. Instalação de sistema de rega eficientes.
Consumo de Energia	Instalação de sub-contadores para medição dos consumos de electricidade nos sectores mais significativos. Instalação do sistema de gestão técnica centralizada (nas unidades de maior consumo). Instalação do sistema para gestão do frio industrial (Adap-Kool). Instalação de armaduras com balastros electrónicos. Instalação de sensores de luminosidade/ movimento a nível da iluminação da Loja, reclamares e parques de estacionamento.
Gestão de Resíduos	Optimização do sistema de recolha de resíduos. Instalação de prensas para cartão e plástico. Refrigeração dos compartimentos para armazenagem dos contentores de resíduos.
Efluentes Líquidos	Instalação de caixas de retenção de resíduos sólidos nas secções de Perecíveis (principalmente Talho e Peixaria). Instalação de caixas de retenção de gorduras.
Ruído	Redução da propagação do ruído através da escolha de materiais de construção alternativos. Insonorização dos locais potencialmente emissores de ruído (ex. compartimento dos compressores de frio). Seleção de equipamentos menos ruidosos.
Emissões para a atmosfera	Instalação de filtros electrostáticos nas secções de <i>take-away</i> para retenção de odores e gorduras. Substituição de gases do sistema de frio industrial por fluidos menos poluentes (glicol).

Adopção de Boas Práticas pelos Colaboradores

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão Ambiental dos Centros de Distribuição em Portugal, foram realizadas acções de formação sobre os princípios do sistema, a Política Ambiental, os principais aspectos ambientais e as medidas que devem ser cumpridas pelos colaboradores no desempenho das suas actividades, por forma a otimizar os consumos de água, de energia e de materiais, e melhorar a gestão de resíduos e efluentes. Paralelamente, desenvolveu-se uma brochura de divulgação do referido sistema, que foi distribuída a todos os colaboradores do Grupo.

Critérios Ambientais na Seleccção dos Fornecedores

Em 2004, foram definidos critérios ambientais para avaliação dos fornecedores de produtos perecíveis e de Marca Própria, que têm por objectivo:

- Assegurar o cumprimento da legislação ambiental aplicável à sua actividade;
- Assegurar a observância dos principais requisitos de um sistema de gestão ambiental;
- Promover a adopção de boas práticas ambientais na realização da sua actividade.

Paralelamente, foram realizadas 58 auditorias aos fornecedores, com aplicação dos referidos critérios, tendo-se registado, de uma forma geral, uma maior sensibilização para as questões ambientais.

Logística e Ambiente

Ao nível das áreas de Frutas & Vegetais e de Carnes, continuou a apostar-se na utilização de caixas plásticas reutilizáveis, o que contribuiu para a minimização dos resíduos de embalagens, para a optimização da utilização dos veículos de transporte, para a redução do consumo de combustível e para a minimização da emissão de gases poluentes. Este ano foi iniciado um projecto idêntico com os fornecedores de lacticínios.

Campanhas Ambientais

Conscientes de que as empresas devem desempenhar um papel activo na sensibilização das suas comunidades em prol de um desenvolvimento sustentável, as Companhias da área da Distribuição do Grupo em Portugal desenvolveram, em 2004, uma campanha que consistiu na oferta de um Calendário de Ambiente, visando alertar os seus colaboradores e consumidores para a necessidade de um comportamento responsável e capaz de promover a preservação ambiental.

9. FACTOS RELEVANTES DO ANO

Actividade Operacional

Fevereiro

- Emissão obrigacionista de 50 milhões de euros pela Recheio SGPS, S.A.

Março

- Aprovação da nova Lei do Licenciamento Comercial
- Abertura da loja Pingo Doce da Cancela, na Madeira

Maio

- Abertura da 2ª plataforma de *Food Service* do Recheio, no MARL, em Lisboa
- Atribuição de prémio de excelência a JM Dystrybucja no *Polish Logistics Congress LOGISTICS 2004*

Julho

- Biedronka distinguida com o diploma de *Super Brands*, pela primeira vez atribuído a uma cadeia de retalho

Agosto

- Transferência dos escritórios centrais da Biedronka de Poznan para Varsóvia

Setembro

- Abertura da 700ª loja da Biedronka, na Polónia
- Extensão da área do Centro de Distribuição de Wyszkow, com aplicação de um novo conceito, mais eficiente, de *layout*

Dezembro

- Biedronka atinge os 300 milhões de clientes

10. PERSPECTIVAS 2005

Embora as perspectivas de crescimento mundial sejam relativamente favoráveis, existe, em todo o caso, um nível de incerteza relevante associado a eventuais conflitos internacionais, à ameaça do terrorismo ou a desenvolvimentos económicos inesperados, que leva os empresários e os investidores a ajustar os seus índices de confiança.

Em relação aos mercados português e polaco, onde o Grupo opera presentemente, existem algumas especificidades que se justifica realçar. Pesquisas de opinião realizadas junto da comunidade empresarial portuguesa referem que, apesar da instabilidade política e da convocação de eleições legislativas antecipadas para Fevereiro de 2005, o investimento das empresas pode vir a aumentar, as vendas podem subir, mas a pressão sobre os preços vai continuar. Considera-se, no entanto, que continuam a existir entraves fortes ao crescimento económico do País pela ausência de reformas estruturais fundamentais, e que a economia, em 2005, deverá ter um comportamento semelhante ao de 2004, embora a Bolsa portuguesa possa vir a abrandar e as exportações a aumentar.

O Banco de Portugal, por sua vez, prevê um crescimento do PIB de 1,6%, valor este que é superior ao de 2004 e assenta essencialmente na expansão robusta da procura externa. Prevê-se, ainda, uma descida nos índices de inflação e o abrandamento da procura interna face à registada em 2004. No entanto, estas expectativas podem vir a ser afectadas por factores de cariz internacional - tais como variações mais elevadas nas taxas de juro e/ou de câmbio, ou um menor crescimento internacional -, e por factores de cariz nacional, por efeito de uma menor consolidação orçamental. No sector da Distribuição Alimentar, aguarda-se que, em 2005, os resultados da nova Lei do Licenciamento Comercial se concretizem e que se torne possível consolidar as perspectivas para o sector nos próximos anos.

Já na Polónia, embora não exista qualquer dúvida sobre os efeitos esperados da adesão à UE e sobre o potencial de crescimento da economia e o concomitante desenvolvimento das suas infra-estruturas, a questão que se coloca é a do ritmo de crescimento que irá, de facto, materializar-se, a curto e médio prazos, o que condiciona, naturalmente, a natureza e o grau de ambição da estratégia de actuação das empresas nesse mercado.

As estimativas apontam para um crescimento do PIB, em 2005, na ordem dos 4,7%, destacando-se uma apreciável expansão na procura doméstica. Acresce, ainda, o forte incremento ao nível do investimento, potenciado em larga medida por dois factores: (i) o cenário favorável de transferência de unidades de negócio de outros países da União Europeia, visando beneficiar dos elevados níveis de qualificação da força de trabalho polaca, bem como dos seus custos bastante competitivos; e (ii) o impacto dos fundos comunitários, direccionados para o desenvolvimento de infra-estruturas e da competitividade das empresas. Consequentemente, existe um ambiente optimista em relação à diminuição da taxa de desemprego e à evolução positiva do Consumo Privado, embora o poder de compra seja ainda bastante reduzido.

O zloty deverá manter o seu vigor em 2005, com o consequente impacto ao nível das exportações, estimando-se uma descida das taxas de juro por parte das autoridades polacas.

O País enfrenta, no entanto, alguns riscos no que diz respeito aos critérios a respeitar no âmbito da adesão à UE, nomeadamente no limite do défice público nos 3%. Vários analistas consideram que para tal acontecer será necessário tomar medidas mais arrojadas do que aquelas que se perspectivam.

A realização de Eleições Legislativas em 2005 pode também vir a constituir um factor de abrandamento do crescimento económico.

No sector da Distribuição Alimentar da Polónia, espera-se a manutenção de um quadro concorrencial muito agressivo, com tendência para a consolidação de operadores no Retalho Organizado e a contínua transferência para este de parte do Retalho Tradicional (que ainda representa cerca de 60% do total do mercado alimentar).

O **Recheio** prosseguirá, em 2005, a consolidação da sua posição de liderança no Retalho Tradicional, dando continuidade à sua estratégia operacional e avaliando alternativas de crescimento num segmento que apresenta significativas dificuldades de crescimento. Já no Canal HoReCa, a consolidação da estratégia operacional e o consequente aumento de penetração no canal são as grandes prioridades, sobretudo, através das plataformas de *Food Service*.

No mercado polaco, a **Biedronka** continuará a sedimentar a sua estratégia de sucesso, garantindo a manutenção da sua vantagem no mercado e focando toda a Organização no crescimento contínuo, rápido e sustentado. A Operação continua a apresentar agressivos planos de expansão (60 a 80 lojas/ano) e de remodelação (40 a 60 lojas/ano) e propõe-se criar mais uma região logística e operacional, no sentido de adequar a estrutura ao potencial de crescimento existente.

Apesar de, uma vez mais, se antecipar um ano difícil, o Grupo não deixou de assumir, para o ano de 2005, objectivos que considera exequíveis, mas bastante exigentes para a Organização.

11. FACTOS SUBSEQUENTES

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2004, Recheio, SGPS, S.A. apresentou um lucro consolidado de 31.642.076,45 euros e um prejuízo nas contas individuais de 11.301.624,09 euros.

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Resultados transitados = (11.301.624,09) euros

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2005

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Informação sobre a participação dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no capital da empresa a 31 de Dezembro de 2004

(De acordo com a disposição no artigo 447ª do Código das Sociedades Comerciais e nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 7º do Regulamento da CMVM n.º 24/2000)

Nenhum dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização é titular quer de acções, quer de obrigações da sociedade.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2004

(De acordo com a disposição nos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, nos termos da alínea e) do nº1 do artigo 6º do Regulamento da CMVM nº 11/2000 e nos termos do Código dos Valores Mobiliários).

Accionistas	Acções detidas em 31.12.04	% Direitos Voto
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.		
Directamente	4.777.500	15,925%
Através da Servicompra Consultores de Aprovisionamento, Lda (Detida a 96,0% pela Jerónimo Martins SGPS,S.A.)	21.607.500	72,025%
Através da Hermes-Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda (Detida a 99,9% pela Jerónimo Martins SGPS,S.A.)	3.600.000	12,000%
Através da Desimo- Desenvolvimento de Gestão Imobiliária, Lda (Detida a 100% pela Jerónimo Martins SGPS,S.A.)	7.500	0,0250%
Através da Jerónimo Martins Distribuição de Produtos de Consumo, Lda (Detida a 99,9% pela Jerónimo Martins SGPS,S.A.)	7.500	0,0250%
Total Imputável	30.000.000	100,000%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

RECHEIO, SGPS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

Valores expressos em milhares de euros

A C T I V O	2004			2003
	ACTIVO BRUTO	AMORT/PROV	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
IMOBILIZADO				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de investigação e desenvolvimento	20.234	18.644	1.590	4.939
Propriedade industrial e outros direitos	1.446	758	688	1.220
Trespases	7.064	3.519	3.545	3.997
Diferenças de consolidação	226.982	-	226.982	215.404
	255.726	22.921	232.805	225.560
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e recursos naturais	43.236	-	43.236	39.447
Edifícios e outras construções	246.273	90.260	156.013	136.778
Equipamento básico	93.552	60.587	32.965	27.729
Equipamento de transporte	21.463	15.941	5.522	5.328
Ferramentas e utensílios	24.686	15.267	9.419	7.932
Equipamento administrativo	32.696	26.358	6.338	8.132
Outras imobilizações corpóreas	2.600	2.100	500	570
Imobilizações em curso	7.422	-	7.422	2.869
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	350	-	350	4.297
	472.278	210.513	261.765	233.082
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos em imóveis e títulos	6.928	21	6.907	27.573
	6.928	21	6.907	27.573
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	515	-	515	374
Mercadorias	105.389	5.139	100.250	88.773
	105.904	5.139	100.765	89.147
DÍVIDAS DE TERCEIROS – médio e longo prazo				
Outros devedores	7.800	-	7.800	7.800
	7.800		7.800	7.800
DÍVIDAS DE TERCEIROS – curto prazo				
Clientes conta corrente	20.726	4.800	15.926	14.280
Clientes de cobrança duvidosa	16.769	16.408	361	315
Empresas participadas e associadas	126	-	126	134
Adiantamentos a fornecedores	1.473	-	1.473	1.420
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.721	-	1.721	1.434
Estado e outros entes públicos	2.451	-	2.451	1.725
Outros devedores	19.404	8.293	11.111	15.243
	62.670	29.501	33.169	34.551
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS				
Outras aplicações de tesouraria	16.722	-	16.722	13.123
	16.722		16.722	13.123
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
Depósitos bancários	72.325		72.325	62.727
Caixa	584		584	461
	72.909		72.909	63.188
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Impostos diferidos	70.898		70.898	64.356
Acréscimos de proveitos	5.543		5.543	20.080
Custos diferidos	3.681		3.681	3.878
	80.122		80.122	88.314
Total de amortizações		233.455		
Total de provisões		34.640		
Total do activo	1.081.059	268.095	812.964	782.338

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 e 2003

Valores expressos em milhares de euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2004	2003
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	150.000	150.000
Prestações suplementares	380.599	405.340
Diferenças de consolidação	-	204
Reservas de reavaliação	17.969	17.871
Reservas legais	5.405	4.248
Diferença de conversão cambial	5.149	(11.155)
Resultados transitados	(428.155)	(436.153)
Resultados líquido do exercício	31.642	8.951
Total do capital próprio	162.609	139.306
INTERESSES MINORITÁRIOS	3.054	1.239
PASSIVO		
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	2.600	3.889
DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos por obrigações não convertíveis	50.000	99.760
Dívidas a instituições de crédito	72.986	150.000
Fornecedores de imobilizado conta corrente	5.133	6.231
	128.119	255.991
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
Empréstimos por obrigações não convertíveis	99.760	-
Dívidas a instituições de crédito	38.343	37.988
Fornecedores conta corrente	306.357	284.924
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	11.635	8.663
Empresas participadas e participantes	44	74
Adiantamentos de clientes	195	134
Fornecedores de imobilizado conta corrente	9.254	10.154
Estado e outros entes públicos	4.116	4.024
Outros credores	3.744	6.129
	473.448	352.090
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Impostos diferidos	13.341	12.284
Acréscimos de custos	28.931	16.639
Proveitos diferidos	862	900
	43.134	29.823
Total do passivo	647.301	641.793
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo	812.964	782.338

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

Valores expressos em milhares de euros

	2004		2003	
CUSTOS E PERDAS				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Mercadorias	1.448.344		1.376.491	
Matérias	-	1.448.344	-	1.376.491
Fornecimentos e serviços externos		120.528		115.331
Custos com o pessoal:				
Remunerações	61.860		58.063	
Encargos sociais	18.540	80.400	17.105	75.168
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	38.952		55.514	
Provisões	3.266	42.218	2.357	57.871
Impostos	3.804		4.710	
Outros custos e perdas operacionais	687	4.491	871	5.581
(A)		1.695.981		1.630.442
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	9.044		5.917	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas associadas	495		854	
Outros	21.266	30.805	22.264	29.035
(C)		1.726.786		1.659.477
Custos e perdas extraordinários		1.739		4.117
(E)		1.728.525		1.663.594
Imposto sobre o rendimento do exercício:				
IRC	1.073		1.008	
Impostos diferidos	864	1.937	(1.965)	(957)
(G)		1.730.462		1.662.637
Interesses minoritários		642		1.381
Resultado consolidado do exercício		31.642		8.951
		1.762.746		1.672.969
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas:				
Mercadorias	1.698.385		1.618.528	
Prestações de serviços	10.175	1.708.560	7.874	1.626.402
Proveitos suplementares	31.681		22.933	
Subsídios à exploração	9		13	
Outros proveitos e ganhos operacionais	215	31.905	375	23.321
(B)		1.740.465		1.649.723
Rendimentos de participações de capital	10		10	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:	102		2	
Outros juros e proveitos similares	15.674	15.786	14.290	14.302
(D)		1.756.251		1.664.025
Proveitos e ganhos extraordinários		6.495		8.944
(F)		1.762.746		1.672.969
Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		44.484		19.281
Resultados financeiros: (D - B) - (C- A) =		(15.019)		(14.733)
Resultados correntes: (D) - (C) =		29.465		4.548
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		34.221		9.375
Resultado consolidado com os interesses minoritários.: (F) - (G)		32.284		10.332

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	4	1.708.560	1.626.402
Custo das vendas		(1.464.891)	(1.434.963)
Proveitos e custos suplementares	6	60.764	93.328
Margem		304.433	284.767
Custos de distribuição	7	(205.635)	(199.514)
Custos administrativos	7	(38.011)	(36.302)
Outros custos operacionais	8	(329)	(15.685)
Resultados operacionais não usuais	13	-	3.419
Resultados operacionais	3	60.458	36.685
Custos financeiros líquidos	10	(26.232)	(26.766)
Perdas na alienação de operações descontinuadas		-	(557)
Resultados antes de impostos		34.226	9.362
Imposto sobre o rendimento do exercício	12	(1.942)	970
Resultados líquidos (antes de interesses minoritários)		32.284	10.332
Atribuível a:			
Interesses minoritários		642	1.381
Aos Accionistas de Recheio SGPS,S.A.		31.642	8.951
Resultado básico por acção – Euros	26	1,0547	0,2984

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2004	2003
Activo			
Imobilizações corpóreas	14	261.765	233.082
Propriedades de Investimento	16	6.419	6.171
Imobilizações incorpóreas	15	232.805	225.560
Investimentos Financeiros disponíveis para venda	18	488	21.402
Devedores não correntes	19	7.800	7.800
Instrumentos financeiros derivados	17	1.622	12.158
Impostos diferidos activos	21.1	70.898	64.356
Total de activos não correntes		581.797	570.529
Existências	20	100.765	89.147
Impostos a recuperar	21.3	2.451	1.725
Devedores e acréscimos e diferimentos	22	38.320	44.626
Caixa e equivalentes de caixa	23	89.631	76.311
Total de activos correntes		231.167	211.809
Total do activo		812.964	782.338
Capital próprio e passivo			
Capital	25.2	150.000	150.000
Prestações suplementares de capital		380.599	405.340
Diferenças de consolidação		-	204
Reservas de Reavaliação e outras reservas	25.1	23.118	6.716
Resultados retidos		(391.108)	(422.954)
		162.609	139.306
Interesses minoritários		3.054	1.239
Total do capital próprio		165.663	140.545
Empréstimos obtidos	27	128.119	255.991
Instrumentos financeiros derivados	17	1.397	568
Proveitos diferidos - subsídios do estado		133	138
Provisões para riscos e encargos	29	2.600	3.889
Impostos diferidos passivos	21.1	13.341	12.284
Total de passivos não correntes		145.590	272.870
Credores e acréscimos e diferimentos	30	355.677	323.536
Instrumentos financeiros derivados	17	126	-
Empréstimos obtidos	27	141.792	41.363
Impostos a pagar	21.3	4.116	4.024
Total de passivos correntes		501.711	368.923
Total do capital próprio e passivo		812.964	782.338

Para ser lido em conjunto com as Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em Anexo

RECHEIO, SGPS, S.A.
MOVIMENTOS OCORRIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares de euros

		Capital próprio atribuível aos accionistas de Recheio, SGPS, S.A.							
	Notas	Capital	Prestações suplementares	Diferenças de consolidação	Reservas reavaliação e outras reservas	Resultados retidos	Total	Minoritários	Total do Capital próprio
Balanco em 1 de Janeiro de 2003		150.000	354.014	204	24.517	(431.901)	96.834	1.485	98.319
Variações no Capital Próprio em 2003									
Diferença de conversão cambial do exercício de 2003	25.1				(20.581)	-	(20.581)		(20.581)
Reavaliações de activos fixos: - do exercício de 2003	25.1				2.354		2.354	171	2.525
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39)	25.1				426		426		426
Interesses minoritários s/alienação de participações financeiras								195	195
Alterações aos resultados transitados						(4)	(4)		(4)
Resultados reconhecidos directamente no Capital Próprio		-	-	-	(17.801)	(4)	(17.805)	366	(17.439)
Resultado do exercício de 2003						8.951	8.951	1.381	10.332
Total de ganhos e perdas reconhecidas no período		-	-	-	(17.801)	8.947	(8.854)	1.747	(7.107)
Dividendos								(1.993)	(1.993)
Aumento de prestações suplementares			51.326				51.326		51.326
Balanco em 31 de Dezembro de 2003		150.000	405.340	204	6.716	(422.954)	139.306	1.239	140.545
Variações no Capital Próprio em 2004									
Diferença de conversão cambial do exercício de 2004	25.1				16.304		16.304	1.170	17.474
Reavaliações de activos fixos: - do exercício de 2004	25.1				98		98	3	101
Anulação das diferenças de consolidação (Adopção do IFRS 3)				(204)		204			
Resultados reconhecidos directamente no Capital Próprio		-	-	(204)	16.402	204	16.402	1.173	17.575
Resultado do exercício de 2004						31.642	31.642	642	32.284
Total de ganhos e perdas reconhecidas no período		-		(204)	16.402	31.846	48.044	1.815	49.859
Diminuição de prestações suplementares			(24.741)				(24.741)		(24.741)
Balanco em 31 de Dezembro de 2004		150.000	380.599	-	23.118	(391.108)	162.609	3.054	165.663

RECHEIO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 2003

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2004	2003
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.913.419	1.818.393
Pagamentos aos fornecedores e ao pessoal		(1.809.502)	(1.723.591)
Caixa gerada pelas operações	24	103.917	94.802
Juros pagos		(17.565)	(18.441)
Imposto sobre o rendimento pago		(1.113)	(1.179)
Fluxos de caixa resultantes de actividades operacionais		85.239	75.182
Actividades de investimento			
Alienação de imobilizado corpóreo	14	752	769
Alienação de inv.financeiros e de propriedades de investimento		14.307	2.100
Juros recebidos		4.108	1.698
Dividendos recebidos		10	10
Aquisição de inv. financeiros e de propriedades de investimento		-	(287)
Aquisição de imobilizações corpóreas	14	(47.227)	(31.805)
Aquisição de imobilizações incorpóreas	15	(68)	(768)
Fluxos de caixa resultantes de actividades de investimento		(28.118)	(28.283)
Actividades de financiamento			
Recebimentos de prestações suplementares de capital		-	51.326
Recebimentos relativos a outros empréstimos não correntes		161.051	-
Reembolso de prestações suplementares de capital		(24.741)	-
Reembolso de empréstimos		(188.469)	(65.271)
Pagamento de dividendos		-	(1.993)
Fluxos de caixa resultantes de actividades de financiamento		(52.159)	(15.938)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		4.962	30.961
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		76.311	70.201
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		4.962	30.961
Efeito da alienação de subsidiárias		-	(17.010)
Efeito das variações cambiais		8.358	(7.841)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23	89.631	76.311

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em anexo

Recheio, SGPS, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
31 de Dezembro de 2004 e 2003

Índice	Página
1 Actividade	33
2 Políticas contabilísticas.....	33
3 Reconciliação dos resultados operacionais POC com a demonstração por funções	41
4 Reporte por segmentos de actividade	41
5 Actividades descontinuadas	42
6 Proveitos e custos suplementares.....	42
7 Custos de distribuição e administrativos.....	42
8 Outros custos operacionais	43
9 Custos com o pessoal	43
10 Custos financeiros líquidos	43
11 Instrumentos financeiros.....	44
12 Imposto reconhecido na demonstração dos resultados	44
13 Resultados operacionais não usuais	45
14 Imobilizações corpóreas.....	45
15 Imobilizações incorpóreas	47
16 Propriedades de investimentos.....	47
17 Instrumentos financeiros derivados	48
18 Investimentos financeiros disponíveis para venda.....	48
19 Devedores não correntes.....	48
20 Existências	48
21 Impostos.....	48
22 Devedores e acréscimos e diferimentos.....	50
23 Caixa e equivalentes de caixa	50
24 Caixa gerada pelas operações.....	50
25 Capital e reservas	51
26 Resultado básico acção	51
27 Empréstimos obtidos	51
28 Dívida Financeira.....	53
29 Provisões	53
30 Credores e acréscimos e diferimentos	53
31 Garantias	53
32 Locação operacional	53
33 Contingências	54
34 Partes relacionadas	55
35 Empresas do Grupo	55
36 Interesses em empreendimentos conjuntos.....	56
37 Eventos subsequentes à data do balanço	56
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	
38 Reconciliação para os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal	57
39 Informação sobre matérias ambientais	58

1 Actividade

A Recheio, SGPS, S.A. (Recheio) é a empresa-mãe do Grupo Recheio (Grupo) e está sediada em Lisboa.

O Grupo dedica-se fundamentalmente à distribuição e venda de géneros alimentícios e outros produtos de grande consumo. O Grupo opera em Portugal e na Polónia.

Sede Social: Rua Tierno Galvan, Torre 3, 9º, Letra J- 1099-008 Lisboa

Capital Social: 150.000.000 euros

N.I.P.C.: 500400911

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 897

2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas abaixo:

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (M EUR).

As demonstrações financeiras consolidadas do Recheio foram preparadas de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, com as derrogações necessárias para estarem em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

As demonstrações financeiras consolidadas do Recheio foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita a terrenos incluídos em imobilizações corpóreas, propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados e investimentos financeiros disponíveis para venda onde se incluem as partes de capital referidas na nota 2.8, os quais se encontram registados ao respectivo valor de mercado.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e suposições que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento do *management* em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção do *management* que as estimativas e suposições adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos.

Alteração de Políticas Contabilísticas e Bases de Apresentação

Visando assegurar a maior comparabilidade possível da informação financeira divulgada, o Grupo decidiu adoptar, com referência a 1 de Janeiro de 2004, todas as recentes alterações introduzidas pelo IASB, as quais constituem a plataforma estável de aplicação obrigatória para as empresas cotadas em Bolsas Europeias, em 2005.

Desta forma a informação financeira relativa ao exercício de 2005, ano de aplicação obrigatória das IAS/IFRS, terá uma base perfeitamente comparável, evitando-se os efeitos resultantes das constantes alterações aos normativos contabilísticos.

Projecto de alteração/melhoria de 13 IAS (*Improvements Project*)

O Grupo adoptou em 2003 as normas revistas por este projecto. As alterações mais significativas resultaram da revisão do IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, nomeadamente na apresentação dos interesses minoritários como uma componente do capital próprio. As restantes normas revistas (IAS 2, 8, 10, 16, 17, 21, 24, 27, 28, 31, 33 e 40) não tiveram qualquer impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 3 / IAS 36 / IAS 38

Os principais impactos resultantes da adopção do novo IFRS 3 – *Business Combinations* e das revisões ao IAS 36 – *Impairment of Assets* e IAS 38 – *Intangible Assets*, são a suspensão de amortização do *Goodwill* e de todos os activos intangíveis de vida útil indefinida, passando os mesmos a estar sujeitos a testes de *Impairment* frequentes.

De acordo com o previsto nas referidas normas, o Grupo procedeu às seguintes alterações ao seu balanço em 1 de Janeiro de 2004:

- Dedução ao valor bruto de *Goodwill* do montante de amortizações acumuladas a essa data;

- Suspensão a partir dessa data da amortização de *Goodwill* e de todos os activos intangíveis de vida útil indefinida;
- Transferência da componente de capital próprio denominada diferenças de Consolidação para resultados retidos;
- Revisão da vida útil estimada para os restantes activos intangíveis.

De acordo com o previsto nas referidas normas, a sua aplicação deverá ser efectuada prospectivamente pelo que as Demonstrações Financeiras comparativas de 2003 não foram objecto de qualquer alteração.

IAS 39

O Grupo decidiu separar no Balanço os instrumentos financeiros derivados, pelo que o balanço de 2003 foi reajustado nessa medida.

IFRS 2/ IFRS 4 / IFRS 5 / IFRS 6

Para além dos normativos acima referidos, o IASB emitiu ainda o IFRS 2 – *Share-Based Payments*, IFRS 4 – *Insurance Contracts*, IFRS 5 – *Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations* e IFRS 6 – *Exploration For and Evaluation of Mineral Resources*, os quais não tiveram efeitos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo Recheio e alguns não têm sequer aplicação às actividades desenvolvidas pelo conjunto de companhias que compõem o Grupo.

2.2. Bases de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2004, incluem os activos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto do Recheio e das suas filiais e associadas, as quais são apresentadas na nota 35.

Participações financeiras em empresas do Grupo

Empresas do Grupo (subsidiárias) são as empresas controladas por Recheio. Existe controlo quando Recheio tem directa ou indirectamente, mais de metade dos direitos de voto, ou por outro lado, tem o poder para dirigir as políticas financeiras e operacionais da empresa com o objectivo de usufruir dos benefícios resultantes da sua actividade. Presume-se que existe controlo quando a percentagem de participação é superior a 50%.

As empresas do Grupo são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido até à data em que o mesmo efectivamente termina. Na contabilização de aquisição de subsidiárias é utilizado o método da compra. O custo da aquisição corresponde ao justo valor dos activos entregues, acções emitidas e passivos assumidos à data da aquisição, acrescido dos custos directamente imputáveis à aquisição.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse minoritário relativo à parcela dos resultados e do valor líquido de activos atribuível a terceiros.

As políticas contabilísticas seguidas pelas companhias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em empresas associadas

Empresas associadas são as empresas sobre cujas políticas financeiras e operacionais o Recheio exerce uma influência significativa. Presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada, desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efectivamente termina. Sempre que o total de perdas atribuíveis ao Grupo exceda o valor da participação financeira na associada, o Grupo não reconhece mais perdas, excepto quando tenha incorrido em obrigações ou tenha efectuado pagamentos em nome da associada.

Participações financeiras em empresas controladas conjuntamente

As empresas controladas conjuntamente são aquelas sobre as quais o Grupo exerce um controlo conjunto estabelecido por acordos parasociais.

Estas empresas são incluídas na consolidação pelo método da consolidação proporcional, ou seja, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parcela atribuível ao Grupo dos activos, passivos e resultados

acumulados destas empresas, desde a data em que o controlo conjunto se inicia até que ele efectivamente termina.

Diferenças de consolidação

As diferenças de consolidação positivas (*Goodwill*) representam o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do exercício.

À data do balanço o Grupo avalia se existe alguma indicação de imparidade. Se existir tal indicação, é efectuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo feita uma amortização extraordinária sempre que o valor contabilístico do *Goodwill* excede o seu valor recuperável (nota 2.13).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

Conversão para Euros das demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para Euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções. A diferença cambial decorrente é registada directamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 2.5).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O *Goodwill*, e os ajustamentos ao justo valor originados na aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como activos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho.

Saldos e transacções entre empresas do Grupo

Os saldos e as transacções, bem como ganhos não realizados, entre empresas do Grupo e entre estas e a empresa-mãe são anulados na consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.

Ganhos não realizados decorrentes de transacções com empresas associadas ou empresas conjuntamente controladas são anulados na consolidação na parte atribuível ao Grupo. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do activo transferido.

2.3. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de investimentos em entidades estrangeiras, para os quais, as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios.

As principais cotações utilizadas à data do balanço foram as seguintes:

	Taxa em 31 de Dezembro de 2004	Taxa média do ano
Zloty da Polónia	€ 0,2448	€ 0,2220

2.4. Derivados

O Grupo utiliza derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra sujeito. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados financeiros.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

2.5. Operações de cobertura

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxo de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (IRS), *caps* e *floors*, *FRA's*, etc. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira de derivados existente, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relações de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos IRS são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para a rubrica de custos financeiros. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodificados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Os ganhos ou perdas decorrentes de rescisão antecipada deste tipo de instrumento são reconhecidos em resultados aquando da sua ocorrência.

Risco de taxa de câmbio

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem.

Investimentos em operações estrangeiras

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objectivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida directamente em reservas na rubrica de flutuação cambial (nota 2.2).

Os *swaps* cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos *swaps* cambiais são reconhecidas directamente em reservas na rubrica de flutuação cambial (nota 2.2).

2.6. Imobilizações corpóreas

As imobilizações que não sejam terrenos são registadas ao custo de aquisição líquido das respectivas amortizações acumuladas e de perdas de imparidade (nota 2.13).

A classe de activos terrenos encontra-se registada pelo valor reavaliado, determinado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes.

Os aumentos ao valor contabilístico em resultado de reavaliações de terrenos são creditados em reservas de reavaliação nos capitais próprios do Grupo. As reduções que possam ser compensadas por anteriores reavaliações do mesmo activo são movimentadas contra a respectiva reserva de reavaliação, as restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais (em resultados extraordinários na demonstração dos resultados apresentada de acordo com o POC). Quando activos reavaliados são vendidos, o montante que se encontra reconhecido em reservas de reavaliação é transferido para resultados transitados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destas imobilizações são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é incluído no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais.

Contratos de locação financeira

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira relativamente aos quais o Grupo assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como imobilizações corpóreas.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo menor do justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

Os activos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo Grupo para as imobilizações corpóreas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Amortizações

As amortizações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de amortização anual (em %) mais importantes são as seguintes:

	<u>%</u>
Terrenos	Não amortizados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

2.7. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade (nota 2.13).

Os custos com *Goodwill* gerado internamente e marcas próprias são registados na conta de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a executabilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados, mão de obra directa e uma proporção de gastos gerais.

Despesas com programas de computador (software)

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de *Software* são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros activos incorpóreos

Despesas na aquisição de *Trespases*, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

O *Goodwill* é o único activo intangível de vida útil indefinida, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixem de gerar benefícios económicos para o Grupo.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida. O *Goodwill* e os activos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de *impairment* à data do balanço.

As amortizações dos restantes activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual em % mais importantes são as seguintes:

	<u>%</u>
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Trespases e marcas comerciais	5-6,66

2.8. Investimentos

O Grupo classifica os seus investimentos nas seguintes categorias: activos financeiros detidos para negociação, empréstimos e contas a receber, investimentos detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda. A sua classificação depende do propósito que conduziu à sua aquisição.

Activos financeiros detidos para negociação

Um activo é classificado nesta categoria se foi adquirido com a principal intenção de ser vendido no curto prazo. Nesta categoria integram-se também os Derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas directamente em resultados do exercício.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações activo. São originados pelo decurso normal das actividades operacionais do Grupo, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais o Grupo não tem intenção negociar.

Investimentos detidos até à maturidade

Correspondem a activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados e com maturidade fixada, para os quais há a intenção e a capacidade para os deter até à maturidade. O Grupo não detém qualquer activo que seja enquadrável nesta categoria.

Activos financeiros disponíveis para venda

Nesta categoria enquadram-se todos os restantes activos financeiros não incluídos nas categorias acima. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Partes de capital

As partes de capital detidas que não sejam participações em empresas do Grupo, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como investimentos financeiros disponíveis para venda e reconhecidos no balanço como activos não correntes.

Estes investimentos financeiros são contabilizados ao valor de mercado, entendido como o respectivo valor de cotação à data de balanço. Sempre que as expectativas de médio prazo de mercado apontem para valorizações significativamente abaixo da cotação na data de balanço, são registadas provisões reflectindo essas perdas permanentes.

Caso não exista um valor de mercado, as participações em causa são mantidas ao custo de aquisição. São constituídas provisões para redução de valor nos casos que se justifiquem.

As mais e menos valias potenciais resultantes são registadas directamente em reservas até que o investimento financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido no capital próprio é incluído no resultado líquido do período.

Sempre que representem mais de 20% do custo de aquisição dos investimentos financeiros disponíveis para venda, as perdas potenciais são transferidas de reservas para a demonstração dos resultados.

2.9. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados de acordo com o IAS 40 e incluídas em resultados financeiros.

Sempre que, por alteração do uso esperado dos activos imobilizados corpóreos, estes sejam transferidos para a rubrica propriedades de investimento, o valor de transferência corresponde ao que estiver registado, que deverá ser o valor de mercado a essa data.

2.10 Clientes e devedores

Os saldos de clientes e devedores são contabilizados pelo valor nominal deduzido de provisão necessária para os colocar ao seu valor líquido de realização esperado.

2.11 Existências

As existências são valorizadas ao menor do custo ou do valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido de provisões para cobertura de perdas estimadas.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, o qual, atendendo à elevada rotação das existências, corresponde aproximadamente ao custo real que seria determinado com base no método FIFO.

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria.

2.13 Imparidade

Exceptuando propriedades de investimento (nota 2.9), existências (nota 2.11) e impostos diferidos activos (nota 2.21), os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicações de eventuais perdas por imparidade.

Para as unidades geradoras de caixa com actividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos dependendo do segmento de negócio) o Grupo entende não ser relevante efectuar análise da imparidade na medida em que os respectivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, que permita efectuar uma reavaliação credível.

É determinado o valor recuperável dos activos do Grupo para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original. Para os restantes activos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a diferenças de consolidação positivas (*goodwill*) não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.14 Acções próprias

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu valor de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio.

2.15 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.16 Empréstimos obrigacionistas

Outros empréstimos obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas são registados no passivo pelo valor nominal. Os custos com a emissão são reconhecidos no resultado do exercício ao longo da vida do empréstimo. Este procedimento traduz-se, sem diferenças materiais, na aplicação do método do custo amortizado, ou seja, os custos registados reflectem a aplicação da taxa de juro efectiva sobre os empréstimos.

2.17 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, passível de estimativa razoável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal (para reestruturação) tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

2.18 Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal.

2.19 Proveitos

Vendas e prestações de serviços

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço. Os proveitos relativos a compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas.

Subsídios

Os subsídios do Governo só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os custos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios ao investimento recebidos com o objectivo de compensar o Grupo por investimentos efectuados em activos imobilizados são reconhecidos em resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado, com um máximo de 10 anos.

Rendas

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como proveitos financeiros no período a que dizem respeito.

Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando declarados.

2.20 Custos

Leasings Operacionais

Os pagamentos efectuados ao abrigo de contratos de *leasing* operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base linear ao longo do período de duração dos mesmos.

Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais, ganhos e perdas potenciais com instrumentos financeiros que não qualificam enquanto contabilidade de cobertura, ganhos e perdas na valorização de propriedades de investimento, custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

2.21 Impostos sobre os lucros

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas directamente relevados em reservas, caso em que é também reconhecido directamente em reservas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre as diferenças de consolidação e as diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando não são afectados nem o resultado contabilístico nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que possam ser utilizados.

2.22 Informação por segmentos

Segmento geográfico

Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em prover produtos ou serviços dentro de um ambiente económico particular e que está sujeita a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos. Foram identificados como segmentos geográficos Portugal e Polónia.

3 Reconciliação dos resultados operacionais POC com a demonstração por funções

	2004	2003
EBITDA	99.410	88.780
Depreciações	(38.952)	(40.108)
Amortização de goodwill		(15.406)
EBIT	60.458	33.266
Ganhos/(perdas) não usuais (resultados operacionais POC)	-	-
Ganhos/(perdas) não usuais (resultados extraordinários POC)	-	3.419
Resultados operacionais na Demonstração por Funções	60.458	36.685
Descontos p.p. e comissões cartão de crédito (resultados financeiros POC)	(11.213)	(12.034)
Ganhos/(perdas) não usuais (resultados extraordinários POC)	-	(3.419)
Outros ganhos/(perdas) operacionais (resultados extraordinários POC)	(4.761)	(1.951)
Resultados operacionais POC	44.484	19.281

4 Reporte por segmentos de actividade

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos geográfico e de negócio do Grupo.

Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhes são directamente atribuíveis assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos. Os resultados, activos e passivos não directamente imputáveis aos segmentos consubstanciados na coluna "não alocado", referem-se essencialmente a operações financeiras e incluem ainda os ajustamentos de consolidação.

Informação detalhada referente aos segmentos

	DISTRIBUIÇÃO				NÃO ALOCADO		TOTAL	
	Portugal		Polónia		2004	2003	2004	2003
	2004	2003	2004	2003				
Proveitos com clientes externos								
Vendas	642.641	644.053	1.055.744	974.474	-	-	1.698.385	1.618.527
Prestações de serviços	462	181	9.713	7.694	-	-	10.175	7.875
	643.103	644.234	1.065.457	982.168	-	-	1.708.560	1.626.402
TOTAL DE PROVEITOS	643.103	644.234	1.065.457	982.168	-	-	1.708.560	1.626.402
RESULTADO DO SEGMENTO	39.161	31.860	21.298	6.519	(1)	(1.694)	60.458	36.685
Custos financeiros líquidos							(26.232)	(26.766)
Perdas na alienação de operações descontinuadas								(557)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS							34.226	9.362
Imposto sobre o rendimento do exercício							(1.942)	970
Interesses minoritários							(642)	(1.381)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							31.642	8.951
TOTAL DE ACTIVOS	290.402	288.145	446.339	403.741	76.223	90.452	812.964	782.338
TOTAL DE PASSIVOS	308.947	330.383	280.855	286.168	57.499	25.242	647.301	641.793
Fluxos de caixa de actividades operacionais							85.239	75.182
Fluxos de caixa de actividades de investimento							(28.118)	(28.283)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento							(52.159)	(15.938)
Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.012	9.449	36.886	24.823	-	-	44.898	34.272
Amortizações e depreciações	9.521	15.983	29.424	37.839	7	1.692	38.952	55.514

5 Actividades descontinuadas

No ano de 2004 não foram descontinuadas actividades materialmente relevantes. Durante o exercício de 2003 o Grupo alienou a participação no Eurocash, empresa que detinha o negócio de *Cash&Carry* na Polónia.

Comparativamente os valores de balanço dos subgrupos de sociedades na data das respectivas alienações de 2003 e 2004 eram sumariamente os seguintes:

	2004	2003
Activos não correntes	-	26.619
Activos correntes	-	39.211
Total do activo	-	65.830
Capital próprio	-	28.525
Passivos correntes	-	37.305
Total do passivo e capital próprio	-	65.830

Os valores constantes da Demonstração dos Resultados em 2004 e 2003 integrados no consolidado do Grupo foram os seguintes:

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	-	45.125
Resultados operacionais	-	(1.918)
Resultados antes de impostos	-	(1.883)
Resultados líquidos	-	(1.883)

Foi liquidada em 2004 a empresa Noredis - Sociedade de Representações e Distribuição do Norte, S.A., não se registando qualquer impacto ao nível das Demonstrações Financeiras Consolidadas, visto os seus activos permanecerem no Grupo.

6 Proveitos e custos suplementares

	2004	2003
Ganhos suplementares	47.439	80.799
Descontos pronto pagamento obtidos	11.797	12.425
Comissões sobre meios de pagamento electrónicos	(583)	(391)
Provisões para saldos devedores de fornecedores	2.111	495
	60.764	93.328

Os ganhos suplementares respeitam a ganhos obtidos pelo Grupo com a distribuição de produtos de consumo, nomeadamente alugueres de espaço, participações em aniversários, aluguer de topos.

A redução de ganhos suplementares face ao ano anterior é resultado do esforço desenvolvido pelas companhias da distribuição de inclusão de todos os descontos na factura (*net price*), pelo que a leitura comparável é possível apenas ao nível da margem.

7 Custos de distribuição e administrativos

	2004	2003
Fornecimentos e serviços externos	56.272	54.053
Publicidade	6.729	7.425
Rendas e alugueres	37.706	34.862
Custos com pessoal (nota 9)	80.400	75.168
Amortizações e ganhos/perdas com imobilizações	39.251	41.139
Custos de transporte	19.822	18.991
Outros ganhos e perdas operacionais	3.466	4.178
	243.646	235.816

8 Outros custos operacionais

	2004	2003
Amortização de <i>goodwill</i>	-	15.406
Impostos directos/indirectos não afectos à actividade operacional	329	279
	329	15.685

9 Custos com o pessoal

	2004	2003
Ordenados e salários	61.860	58.063
Segurança social	11.958	11.174
Outros custos com pessoal	6.582	5.931
	80.400	75.168

Os outros custos com pessoal englobam, nomeadamente seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação e indemnizações.

Do total de custos com pessoal, cerca de M EUR 4.650 correspondem aos custos com pessoal das filiais e associadas consolidadas através do método proporcional, cujo custo integral foi de M EUR 9.300.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 13.023, dos quais:

	2004	2003
Portugal	2.385	2.353
Polónia	10.638	10.256
Total de empregados	13.023	12.609

Do total de empregados, cerca de 791 correspondem ao pessoal das filiais e associadas consolidadas através do método proporcional.

O número de empregados no final do ano 2004 era de 14.265 (2003: 12.395), dos quais 781 (2003: 785) correspondem ao pessoal das filiais e associadas consolidadas através do método proporcional.

Do número médio de empregados de 2003, 206 dizem respeito a actividades descontinuadas.

10 Custos financeiros líquidos

	2004	2003
Juros suportados	(16.320)	(15.219)
Juros obtidos	2.850	1.364
Dividendos	10	10
Diferenças de câmbio	860	(196)
Propriedades de investimento:		
Ganhos e perdas na venda	(530)	(1.411)
Valorização ao justo valor (nota 16)	(9)	-
Investimentos financeiros disponíveis para venda:		
Ganhos e perdas na venda	(1.822)	-
Valorização ao justo valor	(6.683)	(5.917)
Outros custos e proveitos financeiros	(3.635)	(5.129)
Valorização ao justo valor de instrumentos financeiros não qualificados como cobertura (nota 11.3)	(953)	(268)
	(26.232)	(26.766)

Os outros custos e proveitos financeiros incluem custos com empréstimos obtidos.

11 Instrumentos financeiros

11.1 Risco de taxa de juro

A gestão de risco de taxa de juro é feita com recurso a instrumentos derivados, tais como *swaps* e opções. Trata-se de ferramentas eficientes para cobrir ou anular variações negativas nos *cash flows* associados ao serviço da dívida.

As variações no justo valor dos instrumentos actualmente em carteira são registadas em resultados na medida em que não qualificam para efeitos de contabilidade de cobertura.

11.2 Risco de taxa de câmbio

Em 31 de Dezembro de 2004 o Grupo tinha contratado cinco operações de cobertura de risco cambial no montante de M EUR 103.031.

Em Julho de 2004 foram contratados três *non-deliverable forwards* no valor total de M EUR 3.031 destinados à cobertura de uma parte do investimento detido pelo Grupo na Polónia no montante de 15 milhões de PLN. Para efeitos contabilísticos, estas operações não qualificam como contabilidade de cobertura, estando registadas as variações ao justo valor em resultados.

Em 2002 o Grupo contratou dois *cross currency swaps* no valor total de M EUR 100.000 destinados à cobertura do investimento detido pelo Grupo na Polónia, equivalente a 398,5 milhões de PLN. Sobre 85% deste valor, o instrumento contratado qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, pelo que as variações ao justo valor são registadas em reservas cambiais, no capital próprio. Os restantes 15% correspondem a uma operação estruturada que não qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura, pelo que as variações ao justo valor são registadas em resultado.

11.3 Justo valor dos instrumentos financeiros

Valor registado em resultados (líquidos de impostos diferidos):

	2004	2003
<i>Swaps</i> de taxa de câmbio	(383)	(268)
<i>Swaps</i> de taxa de juro	(570)	
	(953)	(268)
Impostos diferidos	262	74
Valor registado em resultados:	(691)	(194)

O valor registado em **reservas cambiais** referente à cobertura do investimento na Polónia é de M EUR (7.640) (líquidos de impostos diferidos).

12 Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

12.1 Imposto corrente

	2004	2003
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(1.073)	(1.008)
Excesso(insuficiência) de exercícios anteriores	(5)	13
	(1.078)	(995)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	(11.676)	2.022
Redução da taxa de imposto	-	(16.601)
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de Exercícios anteriores	10.812	16.544
	(864)	1.965
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(1.942)	970

12.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2004		2003	
Resultados antes de imposto	34.226		9.362	
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável em Portugal	27,5%	(9.412)	33,0%	(3.089)
Efeito fiscal gerado por:				
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	0,2%	76	(0,3)%	(24)
Resultados não tributados ou não recuperáveis	4,3%	1.478	37,5%	3.511
Custos não dedutíveis	(14,1%)	(4.809)	8,5%	797
Redução de taxa de imposto	0,0%	-	(177,3)%	(16.601)
Insuficiências (excesso) estimativa do ano anterior	0,0%	(5)	0,1%	13
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças				
Temporárias de exercícios anteriores	31,6%	10.812	176,7%	16.544
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras				
Formas de tributação	(0,2)%	(82)	(1,9)%	(181)
Imposto do exercício	5,7%	(1.942)	(10,3)%	970

13 Resultados operacionais não usuais

	2004	2003
Perdas com encerramento de lojas	-	(546)
Redução de Provisões	-	3.884
Outros	-	81
	-	3.419

14 Imobilizações corpóreas

14.1 Movimentos ocorridos no exercício

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento transporte e outros	Imobilizações em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo inicial	39.447	204.291	97.357	53.578	7.166	401.839
Diferenças cambiais	29	20.417	8.462	5.424	754	35.086
Aumentos	239	5.131	11.625	2.867	24.968	44.830
Alienações	-	(36)	(715)	(1.883)	(143)	(2.777)
Transferências e abates	3.673	16.470	1.509	(3.227)	(24.907)	(6.482)
Perdas por imparidade	(152)				(66)	(218)
Saldo final	43.236	246.273	118.238	56.759	7.772	472.278
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	67.513	61.696	39.548	-	168.757
Diferenças cambiais	-	7.166	4.861	4.031	-	16.058
Aumentos	-	15.727	11.602	6.809	-	34.138
Alienações	-	(9)	(571)	(1.738)	-	(2.318)
Transferências e abates	-	(137)	(1.734)	(4.251)	-	(6.122)
Perdas por imparidade	-				-	
Saldo final	-	90.260	75.854	44.399	-	210.513
Valor líquido						
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	39.447	136.778	35.661	14.030	7.166	233.082
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	43.236	156.013	42.384	12.360	7.772	261.765

No exercício de 2004 foram registadas perdas por imparidade de M EUR 152, relativas à redução do valor recuperável de um terreno na Madeira e M EUR 66 relativos a projectos abandonados.

14.2 Equipamento em regime de locação financeira

O Grupo detém diverso equipamento sob o regime de locação financeira e outras formas equivalentes. Embora para o equipamento de transporte o Grupo não vá exercer a opção de compra, outras condições dos contratos impõem a contabilização em imobilizações. Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes. As responsabilidades ainda não liquidadas relativas a contratos de locação financeira são referidas na nota 27.4. O valor dos bens em locação financeira é o seguinte:

	2004	2003
Edifícios e outras construções		
Imobilizações corpóreas	55	-
Amortização acumulada	(2)	-
	53	-
Equipamento de informática		
Imobilizações corpóreas	6.559	8.612
Amortização acumulada	(3.775)	(4.314)
	2.784	4.298
Equipamento de transporte		
Imobilizações corpóreas	5.770	4.864
Amortização acumulada	(2.970)	(1.600)
	2.800	3.264
Equipamento administrativo		
Imobilizações corpóreas	2.506	1.308
Amortização acumulada	(303)	(123)
	2.203	1.185

14.3 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

14.4 Imobilizações corpóreas em curso

As imobilizações que se encontravam em curso em 31 de Dezembro de 2004 eram relativas a construção e remodelação de lojas e armazéns.

14.5 Reavaliações

O Grupo regista os terrenos afectos à actividade operacional ao valor de mercado, apurado por entidades especialistas e independentes. No exercício de 2004 não foram registadas quaisquer alterações ao valor dos terrenos.

Os valores de reavaliação constantes das imobilizações corpóreas são de M EUR 17.969 (M EUR 17.871 em 2003), reflectida no capital próprio da seguinte forma:

	2004	2003
Reavaliação de terrenos	23.077	23.077
Impostos diferidos	(4.934)	(5.035)
Minoritários	(174)	(171)
Reavaliação líquida (nota 25.1)	17.969	17.871

15 Imobilizações incorpóreas

15.1 Movimentos ocorridos no exercício

	Goodwill	Despesas de instalação	Despesas de I&D	Software e propr. ind. Out. dir.	Trespases	Total
Custo						
Saldo inicial	299.822	16	18.101	6.336	7.055	331.330
Aumentos	-	-	29	31	8	68
Transferências e abates	(85.494)	(16)	(455)	(5.188)	-	(91.153)
Diferença cambial	12.654	-	2.559	267	1	15.481
Saldo final	226.982	-	20.234	1.446	7.064	255.726
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo inicial	84.418	16	13.162	5.116	3.058	105.770
Aumentos	-	-	3.729	624	461	4.814
Transferências e abates	(85.494)	(16)	(449)	(5.184)	-	(91.143)
Diferença cambial	1.076	-	2.202	202	-	3.480
Saldo final	-	-	18.644	758	3.519	22.921
Valor líquido						
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	215.404	-	4.939	1.220	3.997	225.560
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	226.982	-	1.590	688	3.545	232.805

15.1 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

15.2 Testes de imparidade do *Goodwill*

O montante líquido de *Goodwill* em 31 de Dezembro de 2004 ascende a 226.982 (2003:215.404).

Os acréscimos registados neste rubrica referem-se a diferenças de conversão cambial.

Em 2004 foram efectuadas avaliações de acordo com os modelos de avaliação de *Discounted Cash Flows* (DCF), que sustentam a recuperabilidade do valor de *Goodwill*.

Os valores das avaliações são suportados pelas performances passadas e pelas expectativas do desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projecções de *cash-flows* futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Essas estimativas foram elaboradas considerando uma taxa de desconto entre 8,6% e 9% para Portugal e de 13% na Polónia e uma taxa de crescimento na perpetuidade entre 0 e 1% para os vários negócios.

16 Propriedades de investimentos

	2004	2003
Saldo inicial	6.171	-
Transferência de imobilizações corpóreas		9.592
Variações de valor de mercado (nota 10)	(9)	
Diferenças cambiais	840	
Alienações	(583)	(3.421)
Saldo final	6.419	6.171

As propriedades de investimento referem-se a terrenos inicialmente adquiridos para uso nas operações do Grupo, e outros que foram efectivamente utilizados nessas operações durante um certo período de tempo, mas que se tornaram redundantes por não ser possível neles construir unidades geradoras de caixa, ou por se tornarem desnecessários para as operações devido a reestruturações das mesmas.

Encontram-se ainda nesta categoria terrenos adquiridos recentemente cujo destino ainda não foi definido, sendo que neste termos se encontram para valorização.

Não sendo expectável que a alienação destes activos possa ocorrer num período inferior a 12 meses os mesmos passaram a ser apresentados como activos não correntes.

17 Instrumentos financeiros derivados

	2004		2003	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Não correntes				
Swap taxa de juro		569		
Swap taxa de câmbio	1.622	828	12.158	568
	1.622	1.397	12.158	568
Correntes				
Swap taxa de câmbio		126		
	-	126	-	-

Os juros a receber ou a pagar relativos a estes instrumentos financeiros foram destacados para a rubrica Credores e acréscimos e diferimentos.

18 Investimentos financeiros disponíveis para venda

	2004	2003
Eurocash	-	26.149
Outros	488	778
	488	26.927
Provisões para o valor realizável (Nota 29)	-	(5.525)
	488	21.402

19 Devedores não correntes

O saldo em 31 de Dezembro de 2004, M EUR 7.800 é relativo a liquidações adicionais de imposto, sobre as quais já foi pedido o respectivo reembolso (Nota 33).

20 Existências

	2004	2003
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	515	374
Mercadorias	105.389	91.497
	105.904	91.871
Provisões para existências (Nota 29)	(5.139)	(2.724)
Existências líquidas	100.765	89.147

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

21 Impostos

21.1 Impostos diferidos activos e passivos

Movimentos nas contas de impostos diferidos

	2004	2003
No início do exercício	52.072	54.011
Diferenças de conversão cambial	6.248	(6.473)
Reavaliações e reservas	101	2.569
No resultado do exercício	(864)	1.965
No final do exercício	57.557	52.072

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2004	2003
Imposto diferido activo	70.898	64.356
Imposto diferido passivo	13.341	12.284
	57.557	52.072

Movimentos nos impostos diferidos ocorridos no exercício

	01/01/2004	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	31/12/2004
Impostos diferidos passivos					
Reavaliações de activos	5.037	(16)	(88)	-	4.933
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	1.511	(995)	-	126	642
Diferenças de Políticas contabilísticas em outros países	5.056	1.213	-	889	7.158
Outras diferenças temporárias	680	(72)	-	-	608
	12.284	130	(88)	1.015	13.341
Impostos diferidos activos					
Reavaliações de activos	14	-	13	-	27
Provisões além dos limites legais	2.674	871	-	269	3.814
Custos com operações de cobertura de risco cambial	(3.098)	308	-	2.898	108
Prejuízos a recuperar	51.124	(14.626)	-	1.106	37.604
Provisões para stocks	315	666	-	73	1.054
Outros custos diferidos para efeitos fiscais	10.301	11.835	-	2.774	24.910
Diferenças de políticas contabilísticas em outros países	846	145	-	143	1.134
Outras diferenças temporárias	2.180	67	-	-	2.247
	64.356	(734)	13	7.263	70.898
Variação líquida de imposto diferido	52.072	(864)	101	6.248	57.557

Os impostos diferidos activos decorrentes de prejuízos a recuperar desdobram-se da maneira seguinte:

	2004	2002
Grupo Consolidado Fiscal Recheio, SGPS, S.A.	32.247	38.791
Jerónimo Martins Dystrybucja, Sp. S.A.	5.352	12.333
Optimum Mark Sp. Z.o.o	5	-
	37.604	51.124

O Grupo reconheceu estes valores de impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais com base nas projecções elaboradas para os negócios respectivos que demonstram que serão realizados lucros fiscais futuros que asseguram a sua recuperabilidade.

21.2 Impostos diferidos não reconhecidos

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais, onde não se espera a ocorrência de lucros fiscais suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto diferido activo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é de M EUR 15.923 (em 2003: M EUR 20.080).

21.3 Impostos a recuperar e a pagar

	2004	2003
Impostos a recuperar		
IRC a receber	244	247
IVA a recuperar	2.102	1.475
Outros	105	3
	2.451	1.725
Impostos a pagar		
IVA a pagar	894	1.795
IRS retido	887	461
Segurança social	1.695	1.518
Outros impostos	640	250
	4.116	4.024

22 Devedores e acréscimos e diferimentos

	2004	2003
Clientes comerciais	16.287	14.595
Empresas associadas e participadas	126	135
Saldos devedores de fornecedores	4.062	6.988
Pessoal	339	310
Outros devedores	9.904	10.799
Acréscimos de proveitos	3.921	7.921
Custos diferidos	3.681	3.878
	38.320	44.626

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de M EUR 3.893.

A rubrica de custos diferidos é composta por M EUR 1.437 de rendas pagas antecipadamente, M EUR 1.152 de custos com emissão de obrigações e aberturas de crédito, de M EUR 111 de juros de empréstimos bancários pagos antecipadamente e M EUR 981 de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2004, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

O montante de devedores encontra-se registado pelo seu valor recuperável, ou seja, o Grupo constitui provisões sempre que existam indicações de incobrabilidade (nota 29).

23 Caixa e equivalentes de caixa

	2004	2003
Depósitos à ordem	72.325	62.727
Aplicações de tesouraria	16.722	13.123
Caixa e equivalentes de caixa	584	461
	89.631	76.311

24 Caixa gerada pelas operações

	2004	2003
Resultado líquido	31.642	8.951
Ajustamentos para:		
Minoritários	642	1.381
Impostos	1.942	(970)
Amortizações	38.952	55.514
Provisões	3.266	2.357
Resultados financeiros	26.232	26.766
<i>Impairment</i> de activos	217	1.222
Perdas na alienação investimentos financeiros	-	105
Perdas na alienação e abate de imobilizado corpóreo	80	885
Ganhos na alienação e abate imobilizado incorpóreo	-	(6)
	102.973	96.205
Variações de <i>working capital</i> :		
Existências	(5.142)	13.429
Devedores e acréscimos e diferimentos	3.420	2.670
Credores e acréscimos e diferimentos	2.666	(17.502)
	103.917	94.802

25 Capital e reservas

25.1 Reservas de reavaliação e outras reservas

	Terrenos e edifícios	Hedging reserve	Reservas cambiais	Total
Balanco em 1 de Janeiro de 2003	15.517	(426)	9.426	24.517
Reavaliações:				
- Valor bruto	(44)	-	-	(44)
- Imposto diferido	2.569	-	-	2.569
- Interesses minoritários	(171)	-	-	(171)
Actualização dos instrumentos financeiros ao justo valor (IAS 39):				
- Valor bruto	-	426	-	426
Diferença de conversão cambial:				
- Do exercício	-	-	(14.108)	(14.108)
- Imposto diferido	-	-	(6.473)	(6.473)
Balanco em 31 de Dezembro de 2003	17.871	-	(11.155)	6.716
Reavaliações:				
- Imposto diferido	101	-	-	101
- Interesses minoritários	(3)	-	-	(3)
Diferença de conversão cambial:				
- Do exercício	-	-	11.226	11.226
- Imposto diferido	-	-	6.248	6.248
- Interesses minoritários	-	-	(1.170)	(1.170)
Balanco em 31 de Dezembro de 2004	17.969	-	5.149	23.118

25.2 Capital social

O capital social autorizado é composto por 30.000.000 acções ordinárias (2003: 30.000.000). Todas as acções têm um valor nominal de Euro 5 (cinco Euros).

25.3 Reserva cambial

A reserva cambial reflecte todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das empresas do Grupo classificadas como operações estrangeiras conforme política contabilística descrita na nota 2.2.

26 Resultado básico acção

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro líquido atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias de M EUR 31.642 (2003: M EUR 8.951) e no número médio ponderado de acções ordinárias pendentes no período de 30.000.000 (2003: 30.000.000).

	2004	2003
Resultado básico por acção – Euros	1,0547	0,2984

27 Empréstimos obtidos

Esta nota fornece informação sobre os termos de contratos dos empréstimos e outras formas de financiamento do Grupo. Para mais informação relativamente à exposição do Grupo aos riscos de taxa de juro e taxa de câmbio, ver nota 11.

27.1 Empréstimos correntes e não correntes

	2004	2003
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários	72.986	150.000
Empréstimos por obrigações	50.000	99.760
Responsabilidades com locação financeira	5.133	6.231
	128.119	255.991
Empréstimos correntes		
Empréstimos por obrigações	99.760	-
Descobertos bancários	278	37.988
Empréstimos bancários – curto prazo	38.065	-
Responsabilidades com locação financeira – curto prazo	3.689	3.375
	141.792	41.363

27.2 Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano
Empréstimos bancários				
Papel comercial	3,71%	25.000	-	25.000
Empréstimos em PLN	7,29%	86.051	38.065	47.986
Empréstimos por obrigações				
Empréstimos	2,88%	149.760	99.760	50.000
Descobertos bancários	3,49%	278	278	-
Responsabilidades com locações financeiras	8,13%	8.822	3.689	5.133
		269.911	141.792	128.119

27.3 Empréstimos obrigacionistas

	2004	2003
Obrigações não convertíveis	149.760	99.760

As obrigações não convertíveis repartem-se da seguinte forma:

Em Agosto de 1998 foram emitidas 20 milhões de obrigações Recheio, SGPS, SA, ao valor nominal de 1.000\$, que após conversão passaram a 9.975.957.941 obrigações, com valor nominal de 0,01 euro. A maturidade destas obrigações é em Agosto de 2005 e a taxa de juro é variável.

Em Fevereiro de 2004 o Recheio, SGPS, emitiu 1 milhão de obrigações ao valor nominal de 50 euros, totalizando 50 milhões de euros. Trata-se de uma emissão a 5 anos, a maturidade da emissão é em Fevereiro de 2009 e a taxa de juro é variável indexada à euribor a 6 meses.

As datas de reembolso dos empréstimos obrigacionistas são as seguintes:

2005	99.760
2009	50.000
Total	149.760

27.4 Responsabilidades com locação financeira

	2004	2003
Pagamentos até 1 ano	3.974	3.795
Pagamentos entre 1 e 5 anos	5.449	5.928
Pagamentos a mais de 5 anos	-	738
	9.423	10.461
Pagamento de juros futuros	(601)	(855)
Valor presente das responsabilidades	8.822	9.606

28 Dívida Financeira

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efectuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

	2004	2003
Empréstimos não correntes (nota 27)	128.119	255.991
Empréstimos correntes (nota 27)	141.792	41.363
Instrumentos Financeiros Derivados (nota 17)	(99)	(11.590)
Acréscimos e diferimentos (notas 22 e 30)	3.065	(664)
Depósitos à ordem (nota 23)	(72.325)	(62.727)
Aplicações de tesouraria (nota 23)	(16.722)	(13.123)
	183.830	209.250

29 Provisões

	Saldo em 01/01/2004	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Diferença cambial	Saldo em 31/12/2004
Devedores duvidosos (nota 22)	30.916	1	(1.954)	538	29.501
Existências (nota 20)	2.724	2.139	(179)	455	5.139
Investimentos financeiros (nota 18)	5.525	6.875	(12.807)	407	-
Outros riscos e encargos	3.889	70	(1.544)	185	2.600
Total	43.054	9.085	(16.484)	1.585	37.240

A provisão para riscos e encargos inclui processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

30 Credores e acréscimos e diferimentos

	2004	2003
Outros credores comerciais	323.752	300.500
Outros credores não comerciais	3.789	6.203
Acréscimos de custos	27.407	16.070
Proveitos diferidos	729	763
	355.677	323.536

A rubrica de acréscimos de custos é composta essencialmente pelo montante de remunerações a liquidar ao pessoal de M EUR 7.362, juros a pagar no valor de M EUR 5.993, publicidade no valor de M EUR 263 e rappel no valor de M EUR 1.226. Os restantes M EUR 12.563 correspondem a diversos custos ((utilities, seguros, consultores, rendas, fees etc.), relativos ao exercício de 2004, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

31 Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

Garantias prestadas à EDP	22
Garantias prestadas a fornecedores	209
Garantias a favor da D.G.C.I.	3.251
Outras garantias prestadas	1.702

32 Locação operacional

O Grupo mantém como responsabilidades de médio e longo prazo alguns contratos, com cláusula de penalização em caso de cancelamento.

As responsabilidades assumidas são as seguintes:

	2004	2003
Pagamentos até 1 ano	29.888	26.556
Pagamentos entre 1 e 5 anos	78.878	79.588
Pagamentos a mais de 5 anos	35.458	29.260
	144.224	135.404

Estes valores, na sua grande maioria, respeitam a contratos de arrendamento de lojas e armazéns, sendo a durabilidade inicial desses contratos entre os 5 e os 20 anos, com opção de os renegociar após esse período. Os pagamentos são actualizados anualmente, reflectindo valores da inflação e/ou de mercado.

Durante o ano foi reconhecido em custos com rendas e alugueres o valor de M EUR 37.698, respeitante a contratos de locação operacional. Esses valores em 2003 ascendiam a M EUR 34.852, e encontram-se discriminados da seguinte forma:

	2004	2003
Imóveis	34.519	31.899
Equipamento básico	952	1.377
Equipamento de transporte	1.369	889
Equipamento informático	116	65
Outros	742	622
	37.698	34.852

A diferença para os custos com rendas e alugueres apresentados na nota 7, respeitam a custos ocasionais com alugueres no montante de M EUR 8 (2003: M EUR 10).

33 Contingências

- Encontra-se reflectido nas demonstrações financeiras, em devedores não correntes (nota 22), o montante de M EUR 7.800, relativo a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária. O montante foi liquidado em anos anteriores a 2004 ao abrigo do processo de regularização excepcional de dívidas fiscais (conforme nota 32 do anexo às contas de 2003).

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende que lhe assiste inteira razão e mantém as reclamações que apresentou contra essas liquidações, não prescindindo do seu legítimo direito de contestação e da expectativa de recuperação integral.

Neste contexto, foi solicitado de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efectiva restituição.

Seguindo o princípio da prudência, o Grupo não está a reconhecer o valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

- Para além de diversas reclamações, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução as seguintes situações materialmente relevantes:
 - A Administração Fiscal reclama da Recheio, SGPS, SA o montante de M EUR 2.244 relativo a liquidações oficiosas de IVA, que têm como fundamento a utilização do método de dedução do IVA de afectação real. A Administração da Recheio, com o apoio dos seus consultores fiscais, considera que lhe assiste inteira razão nesta matéria, tendo já contestado as liquidações, pelo que não foram constituídas quaisquer provisões.
 - A Administração Fiscal informou a Recheio, SGPS, SA, que deveria de proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de M EUR 65.825, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2002, que, na opinião daquela entidade, deveriam ser sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. A Administração da Recheio, com o apoio dos seus consultores fiscais e jurídicos, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da Administração fiscal, pelo que irá utilizar todos os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste. Atendendo aos prejuízos acumulados no Grupo Fiscal que a Recheio integra (cerca de 117 milhões de euros), a correcção que possa ser efectuada pela DGCI não se consubstanciará em qualquer pagamento por parte da Recheio, SGPS, SA. Convicta de que lhe assiste inteira razão nesta matéria, a sociedade não irá proceder a qualquer alteração nas suas Demonstrações Financeiras.

34 Partes relacionadas

34.1 Transacções com administradores e directores

Os administradores da Recheio, SGPS, S.A., não auferem qualquer remuneração pelo desempenho da função.

35 Empresas do Grupo

O controlo do Grupo é assegurado pela empresa-mãe, Recheio, SGPS, S.A..

Nos quadros apresentados a seguir, incluem-se as empresas que fazem parte do Grupo Recheio. Estes quadros foram organizados de acordo com o método de consolidação aplicado e, no caso de exclusão, divulgam os motivos que a justificam.

a) Método integral

Companhia	Actividade	Sede	% Capital Detido
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e retalho	Lisboa	
Recheio-Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Porto	100,00
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	97,00
Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	97,00
PSQ–Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda	Prestação de serviços nas áreas económica e financeira e gestão de investimentos	Funchal	89,00
Beleggingsmaatschappij Tand B.V.	Sociedade de serviços financeiros	Rotterdam (Holanda)	100,00
Jerónimo Martins Dystrybucja, S.A.	Comércio a retalho e por grosso de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00
Tip Marken – Discount Handelsgesellschaft mbh	Gestão de participações sociais	Sarstedt (Alemanha)	100,00
PITT Sp. zo.o	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00
Sklepy Spozywece Sp. Zo.o.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00
Twoje Sklepy Spozywece Sp. Zo.o	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Poznan (Polónia)	100,00
Optimum Mark Sp. Z.o.o.	Exploração de marcas comerciais	Varsóvia (Polónia)	100,00

b) Método proporcional

Companhia	Actividade	Sede	% Capital Detido
Funchalgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	50,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	50,00
Lidosol II – Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	50,00
Idole – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda	Compra e venda de bens imóveis	Funchal	50,00
Lidinvest – Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	50,00

c) Empresa dissolvida e liquidada em 2004, cujos resultados contribuíram para o resultado consolidado do Grupo

Companhia	Actividade	Sede	% Capital detido
Noredis – Sociedade de Representações e Distribuição do Norte, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares	Lisboa	100,00

36 Interesses em empreendimentos conjuntos

O Grupo detém interesses nos seguintes empreendimentos conjuntos:

- Funchalgest – Este Grupo tem como objecto actividades de comércio de retalho e de cash & carry, sendo proprietária de uma cadeia de 12 lojas e 2 cash & carry na região autónoma da ilha da Madeira. O Grupo Recheio detém uma participação de 50% do Grupo Funchalgest.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os seguintes montantes relativos aos activos e passivos apropriados como resultado da sua participação no empreendimento conjunto acima referido, consolidados pelo método proporcional:

	2004	2003
Activos	31.579	31.340
Passivos	(25.117)	(26.715)
Proveitos e ganhos	53.482	51.824
Custos e perdas	(51.663)	(51.572)

37 Eventos subsequentes à data do balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

38 Reconciliação para os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

As diferenças entre os princípios contabilísticos adoptados pelo Grupo e os princípios geralmente aceites em Portugal são os seguintes:

- O Grupo contabiliza em resultados do exercício as reavaliações de propriedades de investimento (IAS 40), quando de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal, as reavaliações são registadas por contrapartida de reservas no capital próprio;
- O Grupo detém instrumentos financeiros, nomeadamente *swaps* para fixação de taxa juro e taxa de câmbio que reconhece nas suas demonstrações financeiras pelo seu justo valor, de acordo com o IAS 39. Os princípios aceites em Portugal são omissos nesta matéria;
- No seguimento da introdução da IFRS 3 e das alterações ao IAS 38, o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2004 deixou de proceder à amortização do *Goodwill* e dos activos incorpóreos de vida útil indefinida. De acordo com o preconizado o normativo português aconselha a capitalização e amortização destes activos.

A informação abaixo apresentada corresponde ao efeito que resultaria nas principais rubricas das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, caso não tivessem sido derogados os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Balanco em 31 de Dezembro de 2004			
	Demonstrações Financeiras Consolidadas	Ajustamentos resultantes em derrogações ao POC	Dem. de acordo com princípios geralmente aceites em Portugal
ACTIVO			
Imobilizações incorpóreas	232.805	(15.795)	217.010
Imobilizações corpóreas	261.765		261.765
Investimentos financeiros	6.907		6.907
Existências	100.765		100.765
Dívidas de terceiros – médio e longo prazo	7.800		7.800
Dívidas de terceiros – curto prazo	33.169		33.169
Títulos negociáveis	16.722		16.722
Depósitos bancários e caixa	72.909		72.909
Acréscimos e diferimentos	80.122	346	80.468
Total do activo	812.964	(15.449)	797.515
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	150.000		150.000
Reservas e resultados transitados	(19.033)	407	(18.626)
Resultado líquido do exercício	31.642	(12.163)	19.479
Total do capital próprio	162.609	(11.756)	150.853
Interesses minoritários	3.054		3.054
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos	2.600		2.600
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo	128.119		128.119
Dívidas a terceiros – curto prazo	473.448		473.448
Acréscimos e diferimentos	43.134	(3.693)	39.441
Total do passivo	647.301	(3.693)	643.608
Total do capital próprio, int. min. e passivo	812.964	(15.449)	797.515
Balanco em 31 de Dezembro de 2003			
	Demonstrações Financeiras Consolidadas	Ajustamentos resultantes em derrogações ao POC	Dem. de acordo com princípios geralmente aceites em Portugal
ACTIVO			
Imobilizações incorpóreas	225.560		225.560
Imobilizações corpóreas	233.082		233.082
Investimentos financeiros	27.573		27.573
Existências	89.147		89.147
Dívidas de terceiros – médio e longo prazo	7.800		7.800
Dívidas de terceiros – curto prazo	34.551		34.551
Títulos negociáveis	13.123		13.123
Depósitos bancários e caixa	63.188		63.188
Acréscimos e diferimentos	88.314	(465)	87.849
Total do activo	782.338	(465)	781.873
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	150.000		150.000
Reservas e resultados transitados	(19.645)	751	(18.894)
Resultado líquido do exercício	8.951	477	9.428
Total do capital próprio	139.306	1.228	140.534
Interesses minoritários	1.239	-	1.239
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos	3.889		3.889
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo	255.991	(1.036)	254.955
Dívidas a terceiros – curto prazo	352.090		352.090
Acréscimos e diferimentos	29.823	(657)	29.166
Total do passivo	641.793	(1.693)	640.100
Total do capital próprio, Int. Min. e passivo	782.338	(465)	781.873

39 Informação sobre matérias ambientais

Os dispêndios de carácter ambiental que se destinam a ser utilizados de forma durável na actividade do Grupo com vista a evitar ou reduzir danos futuros ou a preservar recursos, e proporcionem benefícios económicos futuros são capitalizados. Quando tal não se verifica, são reconhecidos como custos do exercício em que ocorrem.

Não foram obtidos incentivos públicos relacionados directamente com protecção ambiental e que se enquadrem no conceito de dispêndio de carácter ambiental.

Não é do conhecimento do Grupo a existência de qualquer passivo contingente ou de qualquer obrigação presente proveniente de acontecimentos passados relativo a matérias ambientais, pelo que não se encontram registadas quaisquer provisões de carácter ambiental, nem existem passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos no balanço.

Dispêndios de carácter ambiental

- **ÁGUA-** Os investimentos e custos incorridos pelo Grupo no domínio da água, são relativos à monitorização da qualidade através de análises frequentes, investimentos em sistemas de tratamento e racionalização de consumos.
- **EFLUENTES LÍQUIDOS-** Os investimentos efectuados pelo Grupo no domínio de efluentes líquidos são relativos a estações de tratamento e separação de efluentes nas unidades industriais e armazéns da distribuição, assim como custos incorridos com a manutenção dos referidos equipamentos, remoção de efluentes e taxas camarárias.
- **ENERGIA-** Os investimentos efectuados pelas companhias da Distribuição, e tal como referido no relatório de gestão, responsabilidade social- Gestão Ambiental- centraram-se na instalação de equipamentos de gestão e redução de consumos de energia e gestão de frio. Na área da indústria os investimentos realizados estão relacionados com a racionalização de consumos.
- **RESÍDUOS-** No domínio dos resíduos têm sido efectuados investimentos em equipamentos para tratamento e acondicionamento de resíduos. Os custos incorridos neste domínio prendem-se essencialmente com a recolha dos resíduos para valorização.
- **RUÍDO-** Foram efectuados investimentos em insonorização e isolamento acústico, assim como em equipamentos de redução de ruído. Os custos incorridos no exercício devem-se a análises de ruído efectuadas por entidades externas.
- **EMISSÕES GASOSAS-** Os investimentos realizados no domínio das emissões gasosas respeitam essencialmente a filtros, linhas de despoejamento e unidades de tratamento de ar.
- **PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PAISAGEM-** Foram efectuados investimentos de recuperação paisagística de zonas de expansão.
- **GESTÃO AMBIENTAL-** Conforme mencionado no relatório de gestão, foram efectuadas ao longo do exercício de 2004 diversas acções, quer internamente no Grupo, quer para a comunidade, relacionadas com a protecção ambiental.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2005

Técnico de Contas

O Conselho de Administração

**Bernardes, Sismeiro
& Associados, SROC, Lda.**
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1050-217 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Recheio, SGPS, SA., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, (que evidencia um total de 812.964 milhares de euros e um total de capital próprio de 165.663 milhares de euros, o qual inclui um total de interesses minoritários de 3.054 milhares de euros e um resultado líquido de 31.642 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Recheio, SGPS, SA.
28 de Fevereiro de 2005

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Recheio, SGPS, SA. em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados para ficarem em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, conforme referido na nota 2.1, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2005

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel de Oliveira Vitorino, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Recheio, SGPS, SA. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo preparados em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados para ficarem em conformidade com as normas internacionais de contabilidade, conforme referido na nota 2.1 do Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

Recheio, SGPS, SA.
28 de Fevereiro de 2005

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2005

O Fiscal Único

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel de Oliveira Vitorino, R.O.C.